

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO  
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR (POASF) DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (P.M.F)**

**ANA PAULA GOMES GONÇALVES**

**Florianópolis, 2004.**

**ANA PAULA GOMES GONÇALVES**

**AS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO  
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR (POASF) DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (P.M.F)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Serviço Social da Universidade Federal  
de Santa Catarina como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Rosana  
de Carvalho Martinelli Freitas

*TKL*

**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

**Florianópolis, 2004.**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 07/12/04

**ANA PAULA GOMES GONÇALVES**


**AS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO  
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO FAMILIAR (POASF) DA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS (P.M.F)**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina



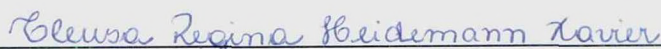
---

Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosana de Carvalho Martinelli Freitas



---

Professora: Waldirene Vieira Gomes



---

Assistente Social: Cleusa Regina Heidemann Xavier

**Florianópolis, 2004.**

*Sei que meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor.*

***Madre Teresa de Calcutá***

## AGRADECIMENTO

*Neste trabalho pude sentir fortemente a presença de Deus em cada instante que tocava, olhava ou mesmo alterava algum item. Por isso meu agradecimento é impar a este Jesus tão maravilhoso que foi minha principal dupla durante a conclusão desta monografia. Também não posso deixar de agradecer as pessoas maravilhosas que ele pôs em minha caminhada:*

*Meus pais, Fatima e Pedro, que além do privilégio da vida, mostraram-me que honestidade, solidariedade, força de vontade e amor são os principais ingredientes para conquistar tudo que se deseja e principalmente concluir todos os objetivos. Enfim, agradecê-los por serem meus pais, e também, pelo imenso apoio que me deram desde o início deste trabalho.*

*Aos meus irmãos Ana Claudia, Adriana e Rafael, por muito terem me auxiliado...*

*A querida sobrinha Bruna, pelo afeto que tanto me proporcionou, em momentos difíceis na conclusão desta monografia.*

*Ao André, exímio incentivador, amado namorado e principalmente, paciente colaborador de todas as horas de stress desencadeadas ao longo deste estudo.*

*À minha orientadora, Professora Rosana pela paciência, compreensão e principalmente por ter compartilhado muito de sua sabedoria e conhecimento.*

*A minha supervisora Cleusa que muito me auxiliou com sua vivência profissional, e momentos de alegre satisfação.*

*As minhas amigas, Tissiane, Fabiula, Carina e Rosilene pela força, incentivo e pronta colaboração em todas as horas que precisei.*

*A toda equipe do POASF que engrandeceu meu conhecimento na prática profissional.*

*A todas as famílias que se dispuseram a responder a pesquisa, item fundamental na conclusão deste estudo.*

*Enfim, a todos que, se por um lapso, esqueci de agradecer, Obrigado!*

**GONÇALVES, Ana Paula Gomes. As características das famílias chefiadas por mulheres no Programa de Orientação e Apoio Sócio Família (POASF) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. 116 p.**

## **RESUMO**

O Presente trabalho foi realizado a partir da vivência de estágio curricular obrigatório no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (POASF), da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com **OBJETIVO**: principal de se pesquisar as características das famílias chefiadas por mulheres inseridas no mesmo. **ESPECÍFICOS**: caracterizar a situação social e econômica das famílias chefiadas por mulheres; levantar as causas que levaram essas famílias a serem chefiadas por mulheres, levantar as responsabilidades da mulher dentro do núcleo familiar em que está inserida; identificar as estratégias de sobrevivência adotadas pelas mulheres chefes de família que são atendidas no POASF, identificar os alcances e limites do POASF diante da situação de vulnerabilidade social e econômica das famílias chefiadas por mulheres. **AMOSTRA** de 14 (quatorze) famílias chefiadas por mulheres em atendimento no programa, sendo duas famílias por cada Assistente Social, no total de 7 (sete) que faz parte da equipe técnica.

**Palavra Chave:** Família, Chefia familiar feminina, Políticas Públicas, Criança e Adolescente.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Localização das famílias .....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 2 - Escolaridade das mulheres chefes de família .....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 3 - Situação por domicílio .....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 4 - Situação empregatícia.....</b>	<b>91</b>
<b>Figura 5 - Benefício governamental .....</b>	<b>94</b>
<b>Figura 6 - Frequência em creche .....</b>	<b>95</b>
<b>Figura 7 - Situação escolar.....</b>	<b>96</b>
<b>Figura 8 – Procura no atendimento à saúde .....</b>	<b>97</b>
<b>Figura 9 - Idade da primeira gravidez.....</b>	<b>98</b>
<b>Figura 10 - Realização de exame Pré-Natal.....</b>	<b>100</b>
<b>Figura 11 - Utilização de método contraceptivo .....</b>	<b>101</b>
<b>Figura 12 - Atividade de lazer .....</b>	<b>102</b>
<b>Figura 13 - Religião .....</b>	<b>103</b>



## **LISTA DE TABELA**

<b>Tabela 1 - Cidade de origem das mulheres chefes de família .....</b>	<b>87</b>
<b>Tabela 2 - Número de pessoa por domicílio .....</b>	<b>90</b>
<b>Tabela 3 - Tipo de emprego .....</b>	<b>92</b>
<b>Tabela 4 - Renda mensal da família .....</b>	<b>93</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CEME</b>	Central de Medicamentos
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CRAS</b>	Centro de Referência a Assistência Social
<b>DATAPREV</b>	Empresa de Processamentos de Dados da Previdência
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>FUNABEM</b>	Fundação Nacional Para O Bem Estar Do Menor
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INPS</b>	Instituto Nacional de Previdência Social
<b>LBA</b>	Legião Brasileira da Assistência
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>LOPS</b>	Lei Orgânica da Previdência
<b>PAINF</b>	Programa de Atenção Integral a Família
<b>PNDA</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
<b>PETI</b>	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
<b>PMF</b>	Prefeitura Municipal de Florianópolis
<b>PNBEM</b>	Política Nacional de Bem Estar do Menor
<b>POASF</b>	Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar
<b>SAM</b>	Serviço de Assistência ao Menor

<b>SINPAS</b>	Sistema Nacional de Assistência
<b>SMHTDS</b>	Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE TABELA .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>10</b>
<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>12</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1 HISTÓRIA SOCIAL DA FAMÍLIA .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 A transformação da família modelo a partir do século XVIII até o século XX...19</b>	
<b>1.2 O debate recente em torno da família e as causas do processo de transformação</b>	
<b>24</b>	
<b>1.3 Famílias chefiadas por mulheres.....30</b>	
<b>2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO</b>	
<b>ADOLESCENTE, E A PROTEÇÃO À FAMÍLIA. ....40</b>	
<b>2.1 O Contexto das Políticas Sociais no Brasil a partir de 1930.....41</b>	
<b>2.2 A Política de Assistência Social à Família e os programas governamentais de</b>	
<b>enfrentamento a pobreza.....50</b>	
<b>2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente e a concepção de direito e proteção.....58</b>	
2.3.1 Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar .....	69
<b>3 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO</b>	
<b>POASF .....</b>	<b>78</b>
<b>3.1 Procedimentos da pesquisa.....78</b>	
3.1.1 Tipo de pesquisa .....	79
3.1.2 Público alvo .....	81
3.1.3 Amostra da pesquisa .....	81
3.1.4 Objetivo da pesquisa.....	82
3.1.5 Trajetória da pesquisa .....	83

3.1.6	Limites da pesquisa.....	84
<b>3.2</b>	<b>Característica das famílias.....</b>	<b>85</b>
3.2.1	Identificação.....	86
3.2.2	Situação por domicílio.....	89
3.2.3	Situação econômica.....	91
3.2.4	Situação social.....	95
<b>3.3</b>	<b>As causas que levaram as mulheres a chefiar suas famílias e suas atribuições.....</b>	<b>104</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>112</b>

## 1 HISTÓRIA SOCIAL DA FAMÍLIA

O presente Capítulo tem como objetivo apresentar as transformações ocorridas nos padrões familiares, bem como o processo de intensificação de famílias chefiadas por mulheres, e como se apresentam hoje essas famílias.

Ao iniciar qualquer trabalho com família, devemos entender que ela é uma entidade histórica, tão remota como a própria história, interligada ao histórico da humanidade, em consonância com o momento a qual a sociedade está inserida, objeto de profundas transformações num mundo marcado por conflitos e crises, configurando-se em diversas formas e funcionamento.

Muitos estudos científicos contribuíram para que se esclarecesse as diferentes construções da instituição família, assim como seus fatores que influenciam, sejam de ordem econômica, cultural e político, que acabam presentes na sua formação social. Regen (2000) coloca que muitos estudiosos na área comentam a dificuldade em tratar desse assunto, por nos remeter a uma realidade que a nós é muito próxima, confundindo-se com a que nós somos e até mesmo com a nossa identidade pessoal.

Sarti (1997) afirma, outra dificuldade para se realizar um estudo sobre família diz respeito à extraordinária rapidez com que vem ocorrendo as mudanças nas relações internas, principalmente na última década.

O termo *família* origina-se do latim *famulus* que significa; conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados dependentes inclui-se esposa e os filhos. Assim família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus fâmulos: esposas, filhos, servos livres e escravos. (PRADO, 1985, p.51)

Diante do exposto elaborar um conceito geral de família torna-se difícil, já que esta modifica-se no tempo e espaço, também de acordo com suas funções na sociedade, em que está inserida, desde as reprodutivas até a política e econômica.

### **1.1 A transformação da família modelo a partir do século XVIII até o século XX**

Segundo Prado (1985, p. 63). “A revolução industrial gerou uma série de mudanças, em particular de ordem técnica e econômica que transformou profundamente a vida social. [...] transformaram, mas, por extensão, o conjunto de conceitos filosóficos, ideológicos, étnicos e políticos”.

A partir do século XVIII institucionalizou-se o modelo de família conjugal, respeitando a escolha individual do casamento, centrada numa cultura interior privada a família começou a manter a sociedade à distância, e a organização da casa passou a espelhar essa preocupação.

As maiores transformações foram em relação à mulher que adquiriu o papel materno de cuidado dos filhos e conjugal, as crianças passaram a ser valorizadas como um ser em formação frente à educação, a família passou a assumir uma formação moral e espiritual, uma nova afetividade que se estendeu à família moderna. Com o surgimento da burguesia, a família e a escola foram responsáveis pela retirada das crianças do mundo dos adultos, confinados em rigorosos regimes disciplinares, levando nos séculos XVIII e XIX, a criação de internatos.

Com o surgimento da escola, da privacidade, a preocupação da igualdade entre filhos, a manutenção das crianças junto aos pais e o sentimento de família valorizado pelas instituições (principalmente a igreja), no início do século XVIII começa a delinear-se a família nuclear burguesa. (SZYMANSKI, 1997, p. 24)

Essa reforma de costumes fez com que a mulher e a criança deixassem a posição de inferioridade e passasse a assumir importância central na família. Áries (1981) afirma que “no século XVIII, começa a despontar o modelo nuclear burguês” formado pelos pais e seus filhos, passando a constituir pequenas sociedades com seus valores e padrões culturais próprios.

Durante os estágios iniciais da revolução industrial, a classe trabalhadora tinha uma estrutura familiar *sui generis* que, no decorrer dos dois séculos seguintes, se tornou cada vez mais semelhante à da burguesia. Durante o mesmo período de tempo, grande parte da antiga burguesia perdeu o seu controle da propriedade, tornando-se mão de obra qualificada assalariada assemelhando-se assim a classe trabalhadora. (POSTER, 1979, p. 185).

Poster (1979) destaca que a família burguesa emergiu no início do século XVIII, com características principais, os quais se localizavam geralmente em área urbana, composto por pai, mãe e filhos na mesma residência, não tão diferente quanto aos padrões familiares contemporâneos. O autor compara este padrão de família a outros três: a família aristocrática do século XVI e XVII, a família camponesa do século XVI e XVII e a família da classe trabalhadora do início da revolução industrial. Coloca-nos que o modelo burguês ou também denominado pelo autor nuclear, comparado aos já citados, é bem mais restrito, fechado no núcleo doméstico, composto por pai, mãe e filhos, com distinta separação do público (rua) e do privado (casa).

O mesmo autor “ressalta de sua análise a conclusão de que a história da família é descontínua, não-linear e não-homogênea: consiste, isto sim, em padrões familiares distintos,



cada um com sua própria história e suas próprias explicações”. (Poster, in Bruschini, apud Szymanski 1997, p. 24). Crítica a prática defeituosa que é utilizada na literatura de comparar a família burguesa como norma para todas as outras estruturas familiares.

Outro modelo a ser destacado é o da aristocracia europeia, que no século XVIII, fazia parte de um percentual pequeno da população, sabe-se que o casamento não era considerado um ato social e sim político, pois seriam com pessoas da mesma linhagem social para que fosse mantida intacta a propriedade da família, a riqueza era para ser herdada e transmitida. As crianças eram criadas desde o nascimento pelos criados, sem a presença dos pais, os quais diferenciando da burguesia.

A partir do século XIX, nas famílias burguesas, passou a ser comum a escolha dos jovens pelos parceiros conjugais, deste modo a instituição familiar, tinha o sentimento como um de seus componentes, cede a novos modelos formadores de família. Tendo como novo e principal fundamento o sentimento humano, a família prescindiu do contrato pomposo denominado “casamento”.

Poster (1979, p. 187) enfatiza que “O casamento burguês vincula ao casal para sempre. Interesses sociais e financeiros tendiam a predominar nessas alianças, especialmente na primeira parte do período, como a razão mais sólida para o casamento”.

O mesmo autor destaca que foi a partir da família burguesa que nasceu as formas de opressão a mulher e a criança, que dependiam da autoridade masculina.

A classe trabalhadora nesse mesmo período, diferenciava-se da burguesia, em relação aos cuidados com os filhos, visto que na família dos trabalhadores as crianças era criadas sem constante fiscalização da mãe, e pelas ruas sem os devidos cuidados dos pais. Foi “nas últimas décadas do século XIX, que emergiu uma “aristocracia” da classe trabalhadora

entre os operários mais qualificados, como os torneiros”. (Poster, 1979, p. 212). Com o recente desenvolvimento do capitalismo, houve uma composição da antiga classe trabalhadora fabril e o novo proletário, nesse novo contexto econômico e com o avanço do capitalismo, surgiram novas mudanças na família.

Os sistemas familiares vem sofrendo, no percurso da história, profundas transformações, principalmente a partir do século XX com as mudanças econômicas, sociais, acelerado avanço científico e tecnológico e com o processo de globalização da economia capitalista. A industrialização e a crescente urbanização das cidades forçaram paulatinamente uma transformação no modelo tradicional vigente de família.

A aparente desorganização da família é um dos aspectos da reestruturação que ela vem sofrendo, a qual se, por um lado, pode causar problemas, pode, por outro, apresentar soluções. Trata-se, pois, de um processo contraditória que, ao mesmo tempo em que abala o sentimento de segurança das pessoas, com a falta ou diminuição da solidariedade familiar, proporciona também a possibilidade de emancipação de segmentos tradicionalmente aprisionado no espaço restritivo de muitas sociedades conjugais opressoras. (PEREIRA, 1995, p. 107).

Alguns fatores foram decisivos para a mudança de comportamento, o mundo passou por duas grandes guerras mundiais, que acarretaram problemas econômicos e principalmente a saída da mulher do espaço privado do seu lar, garantindo espaço no mercado de trabalho, embora a vida familiar continue tendo o mesmo valor social, ocorrem duas mudanças significativas, principalmente na autoridade patriarcal e a divisão de papéis familiares.

A literatura tem demonstrado que a partir da década de 70, a estrutura sócio econômica e especial à composição dos arranjos familiares das metrópoles capitalistas vem sofrendo os impactos socioeconômicos dos processos de globalização, da reestruturação produtiva e da concentração urbana, de um lado, e impactos culturais de outro. Esses

empreendidos principalmente pelo feminismo, pelos padrões individualistas da sociedade capitalista, e pelos novos valores a cerca da família e dos papéis dos membros de cada unidade familiar.

Soma-se a esses fatores as alterações demográficas, como a redução da taxa de fecundidade e de mortalidade e a elevação na expectativa de vida. Diante desse contexto, as famílias urbanas, vêm passando por diversas alterações, quais sejam; as reduções do número de casamentos, a elevação da taxa de separação e divórcio que passaram a ser uma prática da vida cotidiana, o aumento das uniões consensuais, o aumento do número de mulheres chefes de famílias, a diminuição do número de casais com filhos, e do tamanho da família, bem como a elevação de arranjos familiares predominantemente urbanos.

Denominamos de modelo “patriarcal” e “nuclear” e não de família patriarcal e nuclear, por entendemos que o modelo é apenas um recorte da realidade e não retrata a realidade por inteiro. Isto significa afirmar, que na Idade Média ou Moderna, as formas de vida em família, bem como sua estrutura, perpassou o domínio dos modelos construídos teoricamente para analisá-la. (RIBEIRO, 1999, p. 11)

Diante dos vários modelos de família existente no processo histórico e que ainda hoje são vigentes, os modelos de família nuclear (pai, mãe e filhos, vivendo em uma mesma casa), foi o que ilustrou o modelo de família padrão. Nesse ponto é impossível não reconhecer que o modelo clássico de família nuclear tende a considerar outros modelos como diferente ou de família incompleta ou desorganizada. Isso nos permite considerar que os modelos familiares não podem ser permitidos por apenas um modelo de família.

A partir dos anos 80, entre muitos fatores o econômico foi o que impulsionou a principal mudança na família, principalmente nos países Latino Americanos, a estagnação da economia acompanhado com as altas taxas de inflação, inauguram um período de fechamento

dos postos de empregos, principalmente os formais, aumentando o número de desempregados e trabalhadores informais, ocorreu um processo de exclusão, desemprego em alta, e os mínimos de proteção dos padrões previdenciários vigentes.

Todas essas mudanças têm atingido e modificado os tradicionais mecanismos de *solidariedade familiar*, considerando elementos básicos de proteção dos indivíduos e anteparo primário contra as agregações externas e a exclusão social, hoje em franca expansão. (PEREIRA 1995, p. 105).

A família emerge como alvo vulnerável, em diferentes lugares aos programas econômicos adotados, principalmente aquelas de baixa renda, por consequência principalmente em cortes na área social, para estabilização da economia.

Para entendermos melhor a tônica dessas mudanças e o debate em torno da instituição família e os diversos modelos de arranjos familiares hoje existentes na sociedade, passaremos para o próximo item, que continuará a abordar a análise científica diante desse processo.

## **1.2 O debate recente em torno da família e as causas do processo de transformação**

No ano de 1994, comemorou-se o Ano Internacional da Família, devido à família refletir grande preocupação na priorização das políticas públicas, evidenciado recentes períodos de transformação no interior desse sistema.

Sabe-se que nos últimos quarenta anos, os estudos sobre família se intensificaram, diversos ramos da comunidade científica (Psicologia, Antropologia, Serviço Social, Medicina...) se voltaram para explicar o conceito de família e as mudanças que estão

Medicina...) se voltaram para explicar o conceito de família e as mudanças que estão ocorrendo em seu sistema. Para muitos autores esse fenômeno de transformação foi configurado como a “crise” da família, “[...] a família, como instituição, vem perdendo funções e importância social; seu papel gradativamente se minimiza. A crise das famílias reais seria a crise do esvaziamento da instituição familiar, que não mais teria condições de referenciar ou organizar a reprodução”. (Bilac, 1997, p. 35).

Para outros autores, entre eles Mioto (1996) se explica por ser a família uma unidade em profunda transformação, devidos a fatores externos, (tais como as crises econômicas, sociais, inovações tecnológicas e etc, advindas principalmente em países subdesenvolvidos), conseqüentemente influenciando o meio interno.

Ao se conceituar família Mioto destaca:

“...um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e proteção se seus membros, e se encontram dialeticamente articulados com a estrutura social na qual está inserida” (MIOTO, 1998, p. 21).

A autora destaca que não se ignora a dificuldade de se estabelecer um conceito único de família, ao se referir a esse sistema temos que se dirigir a ele no plural, devido à diversidade de arranjos familiares que existem hoje.

Essa diversidade de arranjos na atual conjuntura social e econômica é resultado de inúmeras transformações que a sociedade sofreu no decorrer da história. De uma sociedade primitiva, a humanidade evoluiu para a sociedade do conhecimento, na qual o sistema social realça a diversidade, o igualitarismo e o individualismo, instituindo novos padrões de relacionamento. “Acontece que a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo

de relações diferenciadas e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação”. (Sarti, 1997, p. 39).

Em relação à diversidade de arranjos familiares presentes hoje na sociedade, são abordados conforme a estrutura familiar estabelecida, desta forma deixando de rotular o padrão em que a família está inserida. Rodrigues (2000, p. 41-42, apud Schnorrenberger, 2003, p. 11-12), apresenta os seguintes tipos de arranjos familiares:

- **Nuclear**: também chamado de biparental, composta pelo pai, mãe e filhos, nela se destacam as funções sociais, política, sexual, econômica, reprodutiva e educativa.
- **Extensas ou ramificadas**: neste tipo de arranjo familiar, estão incluídas diferentes gerações nas mesmas famílias:
- **Associativa**: é o tipo de família na qual, as pessoas com as quais existem estreito laços afetivos, também estão inseridos como membros;
- **Adotivas**: atribui-se esta denominação ao conjunto de pessoas que, ao se encontrarem, desenvolvem afinidades, passam a viver considerando-se uma mesma família, independente de qualquer consequinidade, tendo-se por exemplo: estudantes que vivem em residências universitárias ou que dividem apartamento ou outros espaços residenciais;
- **Duais ou monoparentais**: este tipo de arranjo familiar é assim denominado por ser aquele formado por apenas dois membros: mãe-filho, pai-filho, esposo-esposa/companheiro-companheira;

- **Ampliadas:** são famílias formadas sem haver necessidade de espaço físico comum, nem de desempenhar todas as funções tradicionais em conjunto. As pessoas se consideram como parentes. “psicologicamente falando”.
- **Recompostas:** são aquelas famílias (marido, esposa e filhos ou um dos cônjuge e filhos), que após uma primeira experiência não bem sucedida, fazem uma nova tentativa com o mesmo ou com outro cônjuge;
- **Homossexuais:** este tipo de família resulta da união de pessoas do mesmo sexo. É uma prática que começa difundir na sociedade pós-moderna, conforme registro da imprensa falada e escrita.

Minuchin (1999, p. 22) “família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujo os membros tem contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada”.

A autora analisa que dentro desse sistema familiar há padrões e dentro deste interação que refletem nas filiações, tensões e hierarquias e carregam potenciais para harmonia e conflitos a medida que os membros das famílias crescem e se modificam. Há também dentro do sistema subsistemas que marcam fronteiras da separação de gênero, idade, etc, permitindo a realidade do acesso e da privacidade individual. O indivíduo dentro do sistema é a menor unidade, completando uma peça do todo, sendo este moldado pelo que a família espera que seja dentro desses sistemas.

A autora destaca também que toda família passa por um período de transição, podendo ou não ser marcada por insegurança e tensão à medida que os seus membros crescem e mudam modificando a realidade da família, enfrentando um período de desorganização.

“Mas isso não é tudo. Uma reflexão mais crítica sobre a “*família*” permite descobrir que, entre nós, ela não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, mas constituiu também e principalmente um *valor*”. (Da Matta, 1985, 124).

Diante desse valor que passou a ser debatido a prática profissional no atendimento a família, dentro da sua totalidade. A psicologia tem dado um tratamento a família a partir do “momento em que a enfermidade mental passou a ser entendida também como expressão de processos sociais patológicos e não apenas como expressão de processos internos do indivíduo” (Mioto, 1998, p. 21).

[...] convidando para que se entenda a análise para além dos conflitos da família até às causas do conflito, que se situam nas instituições sociais circundantes e, finalmente, até à estrutura geral de nossa ordem social. Pois exatamente como a neurose de um indivíduo pode muitas vezes ser vista como sintoma de um conflito familiar, assim a também a neurose da família pode muitas vezes ser interpretada como sintoma de alguma coisa errada na sociedade. (RICHTER, 1970, p. 13).

“A categorização das famílias como capazes ou incapazes, sãs ou doentes, normais ou anormais, se encontra fortemente arraigada tanto no senso comum como nas propostas dos políticos e dos técnicos responsáveis pela formulação de políticas sócias [...]” (Mioto, p.)97

Em torno dessa questão muitos profissionais que atendem família, passam a se espelhar na sua própria condição para o atendimento. Silva (1984) em um estudo feito com Assistentes Sociais na década de 80 analisou em sua pesquisa que muitas profissionais refletiam na família o ideal a partir da sua própria, se fazendo diante de menções de papéis sociais desempenhados pelos membros de sua família. “[...] refere-se a uma tendência em valorizar os padrões ditos de “classe média”, no que se refere a um padrão de família, vendo-



se esta categoria como mais consistente em seus valores e atitudes familiares”. (Silva, 1987, p. 81).

A ruptura parcial desses valores foi gradativamente sendo abolidos a medida em que se intensificou os debates em torno da não padronização de um modelo familiar.

Alguns autores ainda ressaltam que os problemas pertinentes hoje nas sociedades modernas, principalmente na América Latina são devido à separação de membros da família (pai e mãe) são fatores que contribuem para se aumentar as principais questões sociais na atualidade.

Os dados indicam que o aprofundamento da pobreza e das desigualdades está evidenciando um efeito silencioso sobre a crise de inúmeras famílias humildes e dos estratos médios da população, bem como no surgimento de um tipo de família que apresenta características de desarticulação, instabilidade e enfraquecimento. (KLIKSBURG, 2003, p. 171)

O autor expressa em sua análise que principalmente nos países Latino Americanos tal fato desagregador, se depara principalmente nas políticas públicas que não são suficientes para o fortalecimento da família, as principais conseqüências é o aumento de meninos e meninas moradores de rua, altas taxas de repetência e abandono escolar, causas geradoras de exclusão social. Sem contar a escandalosa desigualdade presente na região sendo necessário embate contra a pobreza para o desenvolvimento econômico e social sustentado.

Esses fatores são observados na contemporaneidade Miotto (2001) destaca que ao mesmo tempo em que o Estado cria leis de proteção aqueles indivíduos mais vulneráveis, impõe normas socialmente definidas. “São as famílias pobres, “desestruturadas” que mais facilmente são visitadas por assistente social para verificar suspeita de violência, educação inadequada. As famílias consideradas “normais conseguem defender com mais facilidade a sua privacidade”. (Miotto, 2001, p.97)

Para outra corrente de pensamento os fatores externos contribuem para o processo de ruptura do laço familiar, trazendo para o entorno da família problemas de violência, vícios ou outros distúrbios, a ruptura desses laços será menos traumática se o problema persistir.

Mas alguns, de sentimentos nem tão delicados, passam a cobrar, com gritos, ordens e surras tudo o que fazem – quando fazem. Lembremos sempre: 50% dos pais brasileiros são alcoólatras crônicos. É o lado mais sombrio de toda essa imensa tragédia: a brutalização de crianças. (GAIARSA, 1986, p. 26).

Tendo em conta essas várias questões externas que a sociedade traz para a família, muitas vezes esta encontra o problema em apenas um dos seus indivíduos, tornando-se mais cômodo para os outros componentes do sistema a possível “resolução” do problema.

Diante desse contexto, o qual salientou-se até aqui que a família é um sistema que passa por períodos de transição e agitação acompanhados por vários fatores, se faz necessário uma abordagem onde se parte do princípio que não existe um modelo de família padrão.

### **1.3 Famílias chefiadas por mulheres**

Antes de fazermos uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto de famílias chefiadas por mulheres, precisamos conhecer o conceito de chefia presente na literatura.

Carvalho (1998) destaca, que o conceito de chefia familiar, se originou de leis que regiam as sociedades antigas, normalmente empregadas apenas a um membro, normalmente o homem e mais velho. Supõe-se, que este conceito traz fundamentalmente o homem como provedor e a base econômica da esposa, filhas e mãe no domicílio. “Isso foi ao longo da história ocidental sendo disseminado aos códigos civis das nações européias e imposto,

posteriormente, às colônias, através de leis, normas e práticas sociais”. (Carvalho, 1998, p. 76).

A autora enfatiza, quando empregado o termo “chefia familiar feminina” este corrobora com uma terminologia discriminatória por gênero, exemplificando como se fosse uma anomalia, inversa a uma situação quando o homem se faz presente.

Ribeiro (1999) analisa que esse termo “chefe de família”, é um conceito que disfarça a cultura patriarcal envolta em muito preconceito sobre o certo, o padrão de comparação atribuído à família nuclear.

“De modo geral, chafia familiar é em si um conceito tendencioso, que traz implícito “um sistema patriarcal de governancia e a noção de ausência de conflitos internos quanto à alocação de recursos entre os membros do domicílio” (Folbre, 1991:7 apud Carvalho, 1995, p. 77).

Desde o início do século, até o término da II Guerra, predominava o modelo de família tradicional nuclear, com funções bem estabelecidas, o pai trabalhando e sendo autoridade da casa e a mãe cuidando dos filhos, submissa e economicamente dependente. A esse respeito Cavalcante (1987) expressa em seu pensamento, que no período da guerra a mulher passou a desempenhar o mesmo trabalho dos homens assumindo as mesmas tarefas nas fábricas, em virtude destes terem saído para lutar. Com o término da guerra e o retorno dos homens para os seus antigos papéis, as mulheres voltaram a desempenhar suas funções de costumes tradicionais, como cuidar da casa, a educação dos filhos, voltaram ao trabalho “exclusivo da mulher”. A mesma autora cuja pertinente destacar que a categoria se deu conta de sua posição subalterna provocada pela própria estrutura da sociedade, e sentiu necessidade de lutar contra essa posição e buscou definir a superação dessa opressão.

“[...] os papéis sociais atribuídos diferenciadamente ao homem e a mulher tende a desaparecer, não só no lar, mas também no trabalho [...]. Ao movimento feminista cabe o mérito desse avanço, pois foi a partir de seus questionamentos e críticas que ficou claro que a real emancipação da mulher só é possível se ela for titular de direitos civis, políticos e sociais por si mesma e não com o seu vínculo de dependência com o homem (pai e marido) (PEREIRA, 1995, p. 108).

Já no pós-guerra muitos valores foram colocados em questão; veio à revolução sexual, com liberdade e mudança no papel da mulher, acompanhado também com as transformações sociais, educacionais, econômicas, tecnológicas e etc, fez com que se impulsionasse a saída da mulher do espaço privado do lar, levando a ingressar no mercado de trabalho, modificando profundamente os padrões e o cotidiano das famílias, colocando em questão a hegemonia da família nuclear. Marques (1996, p. 50) aborda que em relação a essas questões, “[...] as mudanças afetaram não só as mulheres, mas todos que estavam em sua volta, e a família foi um dos alvos atingidos”.

Não se trata de um fenômeno novo, há registros que em meados do século XIX, nas camadas populares, mulheres já chefiavam suas famílias, tal fato intensificou-se nas últimas décadas do século XX, não só nas camadas populares como também nas camadas média da população.

Conforme Carvalho (1998, p. 81) “Os altos índices de tendência secular da chefia familiar na América Latina e Caribe estão fortemente associados a história de colonização dessa região”. Vários fatores contribuíram para a ampliação desse fenômeno, entre eles fatores de ordem ideológica, (com intensa mobilização de grupos feministas, que reivindicaram a igualdade de direito entre homens e mulheres) e sócio econômica, principalmente histórico (com as constantes mudanças na economia, principalmente na América Latina). Fazendo com que o modelo de família nuclear, entrasse em choque com a

nova onda de mulheres sós provedoras pelo sustento da família, em grande parte, como já citado em decorrência da entrada da mulher no mercado de trabalho.

Em consequência a essas transformações, principalmente nos países Latino Americanos emerge novos modelos de arranjos familiares, entre esses as famílias chefiadas por mulheres foi o que se intensificou nas últimas cinco décadas.

*Com a inserção feminina no mercado de trabalho, a função de provedor não é mais monopólio masculino. Cresce o número de famílias monoparentais com chefia feminina, resultante de separações conjugais (divórcio) ou por abandono do lar por parte do marido ou companheiro. (MARQUES, 1996, p. 51)*

As famílias compostas por mãe e filhos eram consideradas como incompletas, hoje passaram a ser chamada de “famílias chefiadas por mulheres”. Em sua análise Ribeiro (1999) destaca a concordância que inúmeros autores colocam, como o fenômeno emergente nos segmentos sociais de baixa renda.

Não se pode generalizar que essa situação ocorra em todos os lares, nem todos os domicílios chefiados por mulheres são necessariamente mais pobres. Nas camadas médias e baixas da população, muitas mulheres permitem melhores condições na manutenção de sua família, mesmo sem a presença masculina no lar.

Tal fato se concretiza com maior intensidade nas famílias de camadas populares, por essas serem mais vulneráveis devido a falta de políticas públicas eficientes voltadas para esse segmento.

Geralmente o pai ao abandonar o lar se sente desobrigado de qualquer responsabilidade em relação aos filhos e é a mulher que assume a responsabilidade que corresponde a ambos. As mulheres também não reconhecem como direito a obrigação que os pais têm na manutenção dos filhos principalmente, quando este formou um novo lar. Desta forma o desempenho dos dois papéis pela mulher, agudiza as condições já desfavoráveis, criando desequilíbrio na organização familiar e sobrecarregando a mulher mãe. A autores que já descrevem esse fenômeno

como **feminização da pobreza**. (CORNELLY apud SOUZA, TAKASCHIMA, 1998, p.87)

Pereira (1995, p.105) destaca que esse fenômeno denominado de “feminização da pobreza” ocorrem em escala mundial, incluído os países de primeiro mundo”. Em sua análise a autora descreve que as principais causas para esse fenômeno é a alta incidência de separações, que leva um número elevado de mulheres descambando para a pobreza, pois quando a família se divide, conseqüentemente se divide a renda doméstica.

As mulheres são obrigadas a exercer o trabalho fora de casa, sendo este na maioria de baixa remuneração, dispendo cada vez de menos tempo para as tarefas domésticas e o acompanhamento diário dos filhos, conseqüentemente afetando negativamente o desempenho escolar de crianças e jovem, para não falar do empobrecimento da família assim constituída. “[...] não abandonam seus filhos. A luta pela sobrevivência impõe-lhe trabalhar de qualquer maneira e em qualquer condição” (Gomes,1997, p. 70).

Em relação ao parágrafo anterior, faz-se uma ressalva, pois a participação parcial da figura materna no desenvolvimento dos filhos, em muitos casos acarreta várias conseqüências. “Isso favorece a inserção precoce das crianças desses domicílios em atividade remunerada e de reprodução do grupo doméstico” (Barros, Fox e Mendonça 1993, apud Carvalho, 1998, p.85). As crianças entram muito cedo no mercado de trabalho (trabalho infantil), causando um baixo desempenho escolar, e alto índice de repetência, levando um número alto de crianças a desistirem da escola, outro ponto a ser destacado é o convívio das crianças com as ruas (muitas em situação de rua), descobrem muito cedo os atrativos que esta lhe oferece, e que não encontram no seu lar. Sobre esse contexto Gomes (1995, p. 62) ressalta. “Na verdade o trabalho nas ruas, de crianças e jovens, faz parte do que denominamos “estratégia familiar de sobrevivência” ou simplesmente “luta pela sobrevivência”.

Pesquisas mostram que esse fenômeno de famílias chefiadas por mulheres não ocorre somente em países subdesenvolvidos, mas esses fatores são evidenciados principalmente na América Latina e com maior intensidade devido ao histórico de desigualdade social.

A principal pesquisa anual do Banco Mundial, sobre a América latina<sup>1</sup> (*Desigualdade na América Latina e Caribe: Rompendo com a História?*), ressalta que em relação a situação da distribuição de renda, em toda a região os cidadãos do sexo feminino, chefes de famílias estão na parte inferior da distribuição de renda, esse fator piora principalmente se forem indígenas ou afrodescendentes.

Segundo a ONG Rede Mulher<sup>2</sup>, na América Latina, mais de 30% das famílias são chefiadas atualmente por mulheres, em áreas metropolitanas esse número é bastante superior, os dados mostram ainda que a realidade empírica vem mostrando que há uma articulação de fatores, como classe, raça, e gênero, que vem definindo um perfil predominantemente de mulheres chefe em condições de extrema pobreza, composta em grande proporção por mulheres negras e com características desfavoráveis a sua entrada no mercado de trabalho (com baixo nível de escolaridade e a prole em idade escolar).

Em nível nacional várias pesquisas mostram que esse fenômeno vem se intensificando a cada ano que passa, o principal instituto de pesquisa brasileiro, IBGE<sup>3</sup> mostrou que no último censo realizado no ano 2000, 24,9% de pessoas responsáveis pelo domicílio eram mulheres, dentre esses 91,4% localizavam-se em áreas urbanas, e apenas 8,6% na área rural, concluindo que este é um fenômeno tipicamente urbano. O censo também

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.bancomundial.org.br> (acesso em 21 outubro de 2004 às 20:00 h)

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.redemulher.org.br> (acesso em 21 setembro de 2004 às 21:00 h)

<sup>3</sup> Censo 2000, IBGE, disponível em <http://www.ibge.gov.br> (acesso em 25 outubro de 2004 às 24:00 h)

constatou que 19,4% das mulheres que chefiam seus lares, não tem nenhum tipo de instrução escolar, ou menos de um ano de frequência na escola. Em relação ao rendimento nominal mensal, está entre R\$ 591,00 (quinhentos e noventa e um reais) e R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais). Isso é verificado pela desigualdade entre os chefes de famílias homens, incrementando com outros fatores relativos a escolarização como observado a cima.

Em seu artigo Bandeira (2004) destaca que: “No caso do Brasil, contavam-se 9,9 milhões de domicílios chefiados por mulheres, dos quais 2,5 milhões (22%) eram pobres. “[...] uma vez que contam com apenas uma fonte de renda, e essa é até 60% inferior a masculina”.

Pereira (1995) destaca que hoje se fala em dois tipos de pobreza, a primeira caracterizada pela crônica ausência de renda, a segunda a “nova” pobreza, que atinge segmentos que antes eram bem situados, e que foram submetidos inesperadamente à situação de exclusão, em decorrência a outras formas de desigualdade, que não propriamente socioeconômica (desigualdade de gênero, idade, etnia etc.).

As principais causas dessa pobreza nos países Latino Americanos como já citados anteriormente, em nível de Brasil, mas que não foge a regra da região, estão relacionado a baixa remuneração das mulheres frente remuneração dos homens. Carvalho (1998) julga que as principais causas da feminização da pobreza subdividiram-se em quatro pontos principais para análise: a) as mulheres operam nos piores postos de trabalhos, com baixa remuneração, muitas vezes vinculadas a trabalhos informais; b) a composição do domicílio, muitas vezes compostas por população infantil, sendo que na maioria das vezes a mãe é o único membro adulto, impedindo de ter outro rendimento; a situação de vulnerabilidade que se encontram essas mulheres, c) muitas vezes elas assumem as funções domésticas do lar, dificultando a



junção de trabalho remunerado, cuidado com os filhos e atividade doméstica, d) além disso, sob a ótica do mercado que acarreta a mulher uma situação de status secundário; a gravidez na adolescência e instabilidade familiar, contribuindo para a reprodução da pobreza de geração para geração.

No Brasil o tema feminização da pobreza tem sido muito debatido, em junho de 2004, foi realizado na Câmara dos Deputados em Brasília o seminário “Por um Brasil sem desigualdade”, onde representantes de diversos segmentos sociais femininos protestaram contra a desigualdade, no mesmo seminário foi entregue um relatório, que revela as causas e situação da pobreza feminina:

- As mulheres negras são as mais atingidas pelo empobrecimento.
- O desmonte da estrutura pública precipitou tanto a progressiva ausência do Estado em setores como Educação, Saúde e Previdência Social quanto a inexistência de políticas de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.
- A ausência total do Estado em políticas estruturais que possibilitem a superação da condição de vulnerabilidade social e na construção da autonomia e da emancipação econômica das mulheres - como creches e educação infantil, lavanderias comunitárias, ações de profissionalização, políticas de Assistência Social.
- Ao fazer um recorte racial, a população afrodescendente, assim como as mulheres, são os segmentos que tiveram impacto negativo frente aos ajustes estruturais, tendo sido agravada sua situação de acesso a postos de trabalho e oportunidades de emprego.

- Com o desmonte das políticas sociais e a ausência do Estado, advém, para as mulheres, o aumento da carga de trabalho doméstico.

Essas famílias passam a ser mais frágeis do que aquelas que são chefiadas por homens pela falta de políticas públicas voltadas a mulher e a criança, com a ineficácia da rede de atendimento, sobrecarregando as em seus papéis.

Para garantir isso, torna-se necessário, – já que o Estado e a sociedade não lhes asseguram condições mínimas – encontrar alguma saída. E esta pode ser: deixar os menores sob a guarda da avó ou de irmão maiores, ou recorrer a ajuda de terceiros mediante a remuneração. (GOMES, 1995, p. 70).

É necessário que se planeje políticas voltadas para esse segmento, que se de suporte a mulher trabalhadora para que ela possa deixar seus filhos em creche em período integral, a rede de atendimento tem que se moldar as necessidades das mulheres que chefiam as famílias, principalmente nos horários de atendimento. O cumprimento da lei para que a mulher não assuma só o cuidado e orçamento com os filhos, que se realize trabalhos preventivos para se prevenir à gravidez na adolescência e um número elevado de filhos.

“Acima de tudo, políticas direcionadas para famílias chefiadas por mulheres devem estar atentas para situações em que a mulher está em situação de vulnerabilidade tanto por ser mulher quanto por ser chefe de família”. (Carvalho, 1998, p. 88).

Diante dessas necessidades que seja realidade no dia-a-dia das famílias chefiadas por mulheres, Carvalho (1998) no que tange a implementação de tais políticas destaca que sua ação não seja desvirtuada para outros fins, correndo risco de se produzir incentivos negativos, e dependência da população usuária, ao invés de retroceder tais situações elas possam servir para aumentar o problema.

O próximo Capítulo terá como finalidade, apresentar as políticas públicas no Brasil, voltada à família, e os sujeitos que as envolvem, visto que em muitas famílias chefiadas por mulheres, que são o objetivo dessa pesquisa utilizam-se dessas políticas.

## **2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E À PROTEÇÃO A FAMÍLIA.**

O presente capítulo tem como objetivo abordar as políticas sociais a partir de seu contexto histórico e desta forma entender como estão estruturadas atualmente essas políticas, voltada à família, devido ao passado e a herança social recebido da colônia, do império, e da primeira república, processos que marcaram profundamente o Brasil e refletem até a atualidade, as grandes migrações rural/urbano, ocorridas na década de 60 e 70, que provocaram um processo de urbanização excessivo e a transferência de pobreza do campo para cidade, baseado no processo de industrialização que fortaleceu a venda da mão de obra barata por parte do operariado urbano, aos grandes detentores do capital que inibiu o processo de distribuição igualitária de renda.

O processo de crescimento econômico brasileiro foi acompanhado pela implementação de estratégia que deveriam reduzir a pobreza e as questões sociais sendo que até hoje se encontram presentes na sociedade.

Salienta-se que os fatos passados, de como foram implantadas essas políticas, explicam como hoje estão estruturadas essas políticas, principalmente as políticas voltadas para a família, sobretudo as famílias que são chefiadas por mulheres, objetivo desse estudo, visto que estas se encontram em situação de pobreza, sendo essas política necessárias para amenizar a situação de vulnerabilidade econômica e social que vivem, sendo estas focadas somente no indivíduo sem abranger a família como um todo.

Faz-se uma ressalva, pois o presente trabalho não pretende abordar as políticas públicas relacionadas a área da saúde, sendo esta também muito importante para a família, visto que o objetivo desse estudo é priorizar a Assistência Social, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

## **2.1 O Contexto das Políticas Sociais no Brasil a partir de 1930**

Segundo Freitas (2004, p.117) “política social é a expressão de um planejamento e de uma intervenção programada e estruturada de iniciativas dirigidas a entender uma série de necessidade da população que foram aceitas em um momento em uma sociedade determinada”.

Partindo do contexto histórico, as políticas sociais assentado na responsabilidade pública ocorreu a partir do século XIX, atendendo as necessidades do operariado urbano que se manifestavam em movimentos populares organizados, devidos as políticas restritivas, voltadas para quem era estritamente pobre, desenvolvida pelo Estado Capitalista e pela Igreja.

Segundo Vieira (1992, p. 19) “A política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedida ao longo das primeiras revoluções industriais. [...] pode existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX”.

Após a Segunda Guerra Mundial o Estado passa a regulamentar as políticas sociais, com a implementação de um Estado de Bem-Estar Social, principalmente nos países capitalistas avançados. Diante desse contexto, segundo Pereira (1999) foi sendo admitido um

mínimo nacional de proteção social pública e investimento em recursos humanos, acompanhados pelas idéias Keynesianas, nos Estado Unidos e mais tarde na Inglaterra com os fundamentos da idéia Beveridgeana, fragmentando um sistema unificado de proteção social, que contemplava diversos segmentos sociais, como desempregados, idosos, crianças e inválidos, principalmente no campo da saúde e educação, apesar de se diferenciar de um país para outro, essa era a concepção básica de Estado de Bem-Estar Social, nos países capitalistas avançados, que ampliava o desenvolvimento das políticas públicas universais, no âmbito da seguridade social composta pela previdência, saúde e assistência.

O Brasil nunca teve um modelo clássico de Bem-Estar Social, meio que tardiamente, as políticas sociais tiveram o seu desenvolvimento arraigado pela forma de organização dos direitos vindo de outros países, o Estado passa a reconhecer a problemática vivenciada pelas principais questões sociais da época, como miséria, desigualdade social e regional, em consequência a esses fatos, toma medidas para amenizar as necessidades sempre voltado na lógica capital X trabalho.

Pereira (2000, p. 125) analisa que “No Brasil, as políticas sociais tiveram a sua trajetória em grande parte influenciadas pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna.”

No período populista desenvolvimentista, do governo Vargas as políticas sociais tinham o caráter fragmentário, setorial e emergencial, voltadas para a classe trabalhadora, com direito contratual no sistema de proteção social, a pobreza uma das principais questões sociais da época era vinculada as pessoas que se encontravam fora do mercado de trabalho, descobertas do sistema de proteção social trabalhista, considerados como pré-cidadãos.

Tomando por base Faleiros (2000, p.46 apud Silva, 2003 p. 16). “O modelo Getulista de proteção social se definia, em comparação com o que se passava no mundo, como fragmentado em categorias, limitado e desigual na implementação dos benefícios, em troca de um controle social das classes trabalhadoras.”

No mesmo período, a questão social é tida como algo novo para a classe dominante, Cerqueira Filho (1982) enfatiza que o discurso paternalista retrata um discurso de direitos para a classe trabalhadora, com leis que os beneficiam. “Pois nos anos 30, a concessão de direitos trabalhistas e a montagem de um formidável sistema de proteção social tiraram a população trabalhadora do arbítrio, até então sem limites, do poder patronal, para jogá-la por inteiro sob a tutela estatal”.(Paoli, 1999, p. 89).

Apresentando assim uma legislação inovadora que beneficiava a classe operaria, tratando a questão social no discurso político, sem abandonar o tom autoritário. A problemática surgida é em relação capital e trabalho, no processo de industrialização, para o mesmo autor os problemas políticos, sociais e econômicos, em seu conjunto, se agravaram com esses conflitos.

Cerqueira Filho, (1982), retrata que a questão social no período anterior a 1930 era tida como caso de polícia já que ideologicamente a questão era formulada como desordem, em relação ao pensamento e ideais da classe dominada, não legitimado pela classe dominante.

Em 1931, foi criado o Ministério do Trabalho, e na década de 40 foi implementado o salário mínimo, sendo este a primeira medida oficial instituída no país relacionada à idéia de proteção mínima, incorporado na Constituição de 1934, como um

ampliador que previa direito a todo trabalhador a receber um salário não inferior a um certo valor. Em 1943 foram consolidadas as Leis do Trabalho na CLT.

A partir de 1946, houve no Brasil um período de democratização, predominava nessa época a cultura assistencialista, com a distribuição de benefícios sociais, caracterizados por obras de caridades, principalmente de caráter religioso, provenientes das ações das primeiras-damas.

Em 1960, foi criada a Lei Orgânica da Previdência (LOPS), que visava à uniformização de benefícios e serviços prestados, contudo a cobertura previdenciária prevista na LOPS, atendia somente os trabalhadores sobre a cobertura da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), excluindo os trabalhadores rurais e domésticos.

A partir de 1964 no período tecnocrático, com o golpe militar foi inaugurado, no país outro período da ditadura militar, que direcionava a política econômica conforme pretendia a burguesia brasileira.

Nesse período como constata Pereira (2000):

[...] expressa uma nítida modificação no conteúdo do Estado, o qual deixa de ser uma organização eminentemente populista para torna-se tecnocrática e centralizada, fundada em um “restrito pacto de dominação entre elites civis e militares, sob os aplausos das classes médias assustada com o turbulento período anterior”. (TAVARES e ASSIS, 1985 apud PEREIRA, 2000, p. 135).

Ainda em 1964, foi definido um novo modelo econômico, que se mostra concentrador (quem detinham o poder) e excludente (da maioria da população) o qual valorizava o capital estrangeiro e desprezava um contingente populacional que se encontravam em situação de pobreza, a concepção de política social se dava em decorrência ao desenvolvimento econômico, não houve proposta para novas políticas sociais, pelo contrário, as idéias já postam iam se concretizando.



Este período de ditadura militar foram criadas algumas leis e instituições que amparavam a classe trabalhadora dando sustentação à lógica capitalista de produção, tendo seu amparo legal na produção do trabalho. Foi criado o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), um ano mais tarde o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), (uma das transformações trabalhistas, provocando a extinção da permanência no trabalho).

Em 1974 foi criado o Ministério da Previdência e da Assistência Social com a inclusão da Fundação para o Bem Estar do Menor (FUNABEM), Central de Medicamentos (CEME), LBA (passou a ser elaborado pelos tecnocratas, programas de cursos de artes domésticas voltadas para a população de baixa renda) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência (DATAPREV), em 1977 foram unificados com a criação do Sistema Nacional da Previdência e Assistência (SINPAS).

Esse modelo repressivo, centralizado, autoritário e desigual foi sendo implantado como um complexo *assistencial-industrial-tecnocrático-militar*. Controlado pela gestão tecnocrática não veio a constituir em um projeto universal de cidadania. Era a continuidade de um modelo fragmentado e desigual de incorporação social da população, para favorecer grupos privados ou particulares, conquistar clientelas, impulsionar certos setores economicamente influentes, obter lealdade e, é claro dinamizar a acumulação. (FALEIROS, 2000 p.48 apud SILVA 2003, p. 19).

Era visível a dependência da população, principalmente as de baixa renda em relação à assistência. “[...] os beneficiários da assistência, portanto em provável dependência social, são famílias de renda até dois salários mínimos, idosos, crianças e mulheres, vivendo abaixo da linha da pobreza.” (Sposati, 1989 apud Figueiras, 1995p.40 ).

A partir de 1985 no Governo de José Sarney, iniciou-se no Brasil o período de transição para a democracia liberal, com alterações principalmente no modelo de seguridade brasileira. Com o lema “tudo pelo social”, com a concepção de proteção social, tanto nos direitos civis como sociais, onde receberam atenção especial. Dentre as principais criações

para assegurar a população usuária das políticas públicas implantadas pelo governo, foi à criação do seguro desemprego, em 1986, culminando mais tarde para a convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

Em meados dos anos 80, as mudanças ocorridas no Brasil em transição política trouxeram a esperança de que o quadro precário das políticas de proteção poderia mudar. A Nova Republica, entretanto, apesar do discurso de “resgate da dívida social”, não conseguiu nem implementar o plano de emergência de combate à fome, à miséria e ao desemprego. As ações que promoveu no setor de política social foram marcadas por intermediações de interesses, expansão do clientelismo e crescimento dos programas assistenciais. (FIGUEIRAS, 1995 p. 35 apud SILVA, 2003 p. 19).

Data-se dessa época a primeira vez na história do país em que a política de assistência social aparece na Constituição Federal, como parte integrante do Sistema de Seguridade Social e, portanto direito de cidadania.

A Constituição de 1988 – conhecida informalmente como a Constituição Cidadã – incorporou uma série de direitos sociais e deveres do Estado para com seus cidadãos no campo das políticas sociais. A universalização da saúde, da proteção social através da previdência e da assistência são exemplos desses direitos. (MEDICI, 1995, p. 7)

A nova Constituição da República consolidou conquista e ampliou direitos sociais, representando avanços e aberto a democracia, estabelecendo cobertura universal de saúde, com a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que previa o acesso e direito à saúde para todo cidadão brasileiro, como dever do Estado. Na área da saúde a Constituição representou um avanço considerável, com reconhecimento internacional como referência em termos de política de saúde a base jurídico-constitucional.

No âmbito da Previdência Social, os trabalhadores se igualaram perante os direitos, sejam trabalhadores rurais ou urbanos e alguns avanços foram obtidos para os

trabalhadores domésticos. Foram constituídas ações mais democráticas, indicando avanços na cobertura previdenciária.

A Constituição introduziu também o direito a Assistência Social, para aqueles que dela necessitam, sem exigência de contribuição prévia, como prevê no seu artigo 195, reconhecendo a população que dela necessita como pessoas de direitos, rompendo com a prática assistencialista das constituições passada.

A descentralização das políticas sociais foi uma das inovações da Constituição, dando maior autonomia para os municípios na formulação e implantação de políticas sociais, promovendo a participação da sociedade civil, na implementação e regulamentação dessas políticas, com a criação de conselhos municipais de assistência.

Em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, articulando o paradigma de proteção integral, considerado uma das mais modernas e respeitadas legislações do mundo, que trouxe mudanças e avanços em relação ao conteúdo em defesa dos direitos da criança e do adolescente, compreendendo políticas sociais básicas, consideradas como direito do cidadão e dever do Estado, em prover saúde, educação, habitação, trabalho, lazer e outras políticas sociais voltadas para aqueles que dela necessitar. Que em seu capítulo III prevê o direito a convivência familiar e comunitária, em seu artigo 19 dispõe sobre o direito da criança e do adolescente ter direito a ser criado no seio da família.

No ano de 1993 se implementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que prever em seu artigo 1º *“Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um*

*conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.*

A família passou a ter importância fundamental, com leis específicas de proteção na Constituição Federal, na LOAS e no ECA.

Na realidade a implementação dessas propostas contidas na Constituição, tiveram outro rumo, proposto pelo ideário neoliberal, para o ajuste estrutural da economia brasileira, respondendo as exigências da globalização capitalista, sob a ótica da privatização, desenvolvido pelo mercado, desmontando a cidadania que já havia sido construída.

E diante desse processo de implementação das políticas públicas, constatou-se que com a promulgação da Constituição de 1988, a população principalmente as que se encontravam em situação de pobreza e vulnerabilidade social, historicamente conhecidos como dependentes das ações clientelistas dos governos passados, passaram a ter seus direitos reconhecidos na Constituição Federal. Mas esses direitos que ficaram reconhecidos no papel tiveram outra trajetória com a nova ordem mundial de economia do mercado.

As principais diretrizes dos organismos internacionais recomendam que a Reforma do Estado seja orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e a restrição na alocação de recursos públicos, principalmente na área social. (SIMIONATTO 1998, p. 2)

A autora também destaca em sua análise que “as principais agências internacionais” como o Banco Mundial, tem articulado para que os investimentos na área social frente ao Estado tem que se enfraquecer, e fortalecer as ações na área privada”.

A partir de 1990 com o período neoliberal, com a segunda reforma do Estado iniciado no governo Collor, estendendo até o governo de FHC, conforme Simionatto (1998), o país passa por reestruturações na economia, afetando principalmente a área social,

acompanhados pela lógica do Banco Mundial, que prevê o estado mínimo na área social e a redução dos direitos sociais trabalhista, fortalecendo o papel compensatório das políticas públicas, expressadas pelas idéias de privatização, terceirização e publicização, para a redução de benefícios sociais como pretexto de gerar novos empregos.

Visto todas as tendências neoliberais de desmonte das políticas sociais, no governo FHC, essas tendências se tornaram evidentes, a sua principal meta foi à política monetária em defesa do Plano Real, que pois fim a hiperinflação. Em consequência ao ideário do governo dentro da política neoliberal, o Estado reduziu sua participação como provedor do papel social com cortes na área social e a participação dos serviços privados, desenvolvidos por organizações não sociais.

[...] os recursos da seguridade social vem sendo sistematicamente utilizados para fins diversos do pretendido pelo legislador constituinte. E que isso vem sendo feito para permitir uma estabilidade monetária que visa, principalmente, a implementação de um modelo de desenvolvimento econômico e de inserção brasileira no processo de globalização que é concentrador de renda e socialmente excludente. (ROCHA, 2001 p. 151).

Diante desse contexto em que os mínimos sociais são garantidores para amenizar as questões relacionadas à pobreza, em consequência a uma política econômica que retira do Estado o dever de garantir a universalização dos direitos sociais, tem-se visto em consequência a esses acontecimentos a revitalização das atividades filantrópicas.

Aponta Freitas (2004, p.118) em sua análise “o estado Neoliberal ou de “Mal-Estar” inclui por definição, uma feição assistencialista (legitimação) como contrapartida de um mercado “livre” (acumulação).”

Atualmente na discussão em torno do neoliberalismo, enquanto pensamento estruturante da ordem social, há um apelo à descentralização, a privatização, e a concentração dos programas sociais para setores da população em situação de pobreza ou miséria.

Em decorrência de distorções do modelo econômico, o Brasil conta com um cenário que caracteriza um dos fenômenos mais perversos do mundo, com um contingente populacional relativamente alto vivendo em condições de pobreza absoluta, a redução do papel do Estado na área social, com o corte nos gastos nessa área, transferindo a responsabilidade para o setor privado, onde o mercado filantrópico substitui a ação do Estado com ações voltadas para aquelas populações em situação de pobreza e miséria absoluta.

Um dos agravantes dessa situação se dá na elaboração e estruturação de políticas sociais que muitas vezes não são eficientes, no atendimento da população que se enquadram dentro das propostas de atendimento de projetos e programas governamentais, conforme mostrará no próximo item.

## **2.2 A Política de Assistência Social à Família e os programas governamentais de enfrentamento a pobreza**

Como já citado, historicamente a Assistência Social tem sido vista como uma ação tradicionalmente paternalista e clientelista do poder público associadas às benfeitorias das primeiras-damas, reconhecendo o usuário como assistidos, não como cidadãos de direitos. Durante muitos tempo e com resquícios ainda hoje a Assistência Social ficou muito conhecida

por obras de caridade de Igrejas, para ajudar pessoas que se encontravam em situação de pobreza, tradicionalmente sendo vista como “Assistência”.

A confusão entre assistência e filantropia é reforçada pela capacidade entre as relações do público e do privado no Brasil. [...] trata-se, na verdade, de uma atitude orientada por uma intencionalidade de manutenção da assistência sob a ótica do dever moral e submetidas a interesses clientelistas e paternalistas. (FERREIRA, 1999, p.67)

Após a implementação da Constituição Federal de 1988, esta ficou conhecida como “Constituição Cidadã” e o período marcado por profundas transformações no campo social da cidadania, trouxeram inovações em vários aspectos, principalmente na área política-administrativa, alterando regras centralizadoras de outras épocas e a distribuição de poderes nas três esferas governamentais, com a participação da sociedade civil.

Conforme Oliveira (1999, p. 38) “Somente a partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição Brasileira, é que a Assistência Social começou a merecer atenção como parte integrante da rede pública de proteção social”. A autora destaca que a partir de então a Assistência Social passou a ser definida como direito do cidadão incluída no tripé da Previdência Social juntamente com a Saúde e Previdência, introduzindo um conceito novo de Seguridade Social.

Em dezembro de 1993, a Assistência Social, passou a contar com uma lei específica, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), tratando esta um conjunto de idéias de concepção de direitos, substituindo a visão centrada na caridade e no favor. E com um dos objetivos principais voltado a proteção a família.

No plano legal a LOAS, definiu a Assistência Social como objetivo principal em seu artigo 2º.

I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração no mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração a vida comunitária;
- V – garantia de 1 ( um) salário mínimo de benefício mensal a pessoas portadoras de deficiência e ao idoso, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-las providas pr suas família.

Atuando em todos os níveis e necessidades de reprodução social dos cidadãos excluídos, avançando na consolidação dos direitos sociais de brasileiros que historicamente encontravam-se excluídos. Nesse contexto a LOAS garantiu direitos à família, inclusive às chefiadas por mulheres, que se expressam inclusive através dos Programas, Serviços e Benefícios.

A LOAS foi uma inovação por expressar assistência social como caráter de política pública, como dever do Estado e direito do cidadão, garantindo a universalização dos direitos sociais e introduzindo os conceitos de mínimos sociais.

Durante os 10 anos de existência da LOAS, constata-se por um lado, que houve um significativo avanço conceitual e real na ampliação dos direitos, por outro lado, observou-se a fragmentação e desperdício de recursos escasso, a falta de elaboração, avaliação e monitoramento na implementação de políticas públicas, a escassa participação da sociedade civil no acompanhamento da implementação dessas políticas, com resquícios de outros tempos, com caráter clientelista, que ainda marcam as iniciativas dos governos e entidades prestadoras de serviços na área da Assistência Social.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226 estabelece que: “*A família, base da sociedade, tem proteção social do Estado*”.



Mioto (2001, p. 95), destaca o envolvimento do Estado na família “A contraditória parceria Estado e família se desenvolveu de diferentes formas nas diferentes nações e, em muitas delas, a família, através da divisão das tarefas e responsabilidade entre gênero e gerações, constitui-se num dos grandes pilares do Estado de Bem-Estar”. A autora caracteriza que essa relação Estado/família foi necessária para que se instaurasse no íntero das políticas de atendimento a família, as formas assistencialista de implementação das mesmas.

Desde a época do “milagre econômico”, as políticas sociais sempre tiveram caráter voltado para as ações assistencialista. Fica evidente que “a natureza da oferta e distribuição de serviços sociais está contemplada na nossa especulação sobre a viabilização de programas sociais assistenciais mais eficientes daqueles com que se contou até agora”. (Draibe, 1994, p.109). A autora demonstra em sua análise, que os programas sociais que até hoje foram implementados, não deram respostas concretas às famílias em situação de risco social, a prática tuteladora das políticas sociais, sempre caracterizou a prática da adoção; de benefícios tais como cesta básica, para suprir as necessidades em caráter emergencial.

Sobre este aspecto Carvalho (1994, p. 93), destaca a falta de efetividade “A política social no Brasil não tem logrado a alterar o quadro de pobreza e exclusão de parcela significativa da população brasileira”. A autora nos convida a pensar que há um descaso com a família brasileira, na inserção de programas sociais, esta por muitas vezes tem sido esquecida, o tratamento a ela prestado por programas governamentais tem sido conservador, seguindo o contexto histórico tutelador das elites dominantes, precisando ser erradicado com a necessidade de se ter um compromisso ético para a família brasileira.

Na atual política social alguns programas se destacam em seu atendimento aos indivíduos que se encontram em situação de exclusão social, a seguir estes serão destacados

também como programas de iniciativa e proteção à família, sendo que são dirigidos para segmentos sociais vulneráveis.

**a) Benefício de Prestação Continuada (BPC)** <sup>4</sup> - é um benefício assistencial não contributivo, previsto na Constituição Federal e regulamentado pela LOAS, nos artigos 20 e 21, o qual garante aos idosos com sessenta e cinco anos ou mais e pessoas portadoras de deficiência, para esta concessão do benefício a renda *per capita* da família do beneficiário tem que ser inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

Para requerer este benefício, o idoso ou portador de deficiência deve se encaminhar a uma agência do INSS. A pessoa portadora de deficiência deverá passar por uma perícia médica para se atestar mediante o laudo expedido. No período de cada dois anos é feita uma reavaliação para atestar se tal fato foi superado.

Em Santa Catarina a coordenação da revisão do BPC é da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, em parceria com o INSS e a Dataprev sendo que a cada dois anos a SDS faz a revisão (espécie de cadastramento) dos beneficiados. A cada revisão Assistente Sociais dos municípios, visitam os beneficiados visando avaliar o grau de vulnerabilidade social assim como inclui-los em outros programas sociais. Foram assinados convênio de repasse de recursos para 37 municípios do Estado que estão realizando a revisão do BPC.

**b) Programa de Atenção Integral a Família (PAIF) / Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)** - Conforme decreto nº 5.085, de 19/05/2004, estabelece que o Programa de Atenção Integral a Família que em consequência da pobreza encontram-se vulneráveis, em consequência da discriminação por questão de gêneros, deficiência, etnia, entre outros, e a falta de acesso a serviços públicos e privadas de renda. Como serviço

---

<sup>4</sup> Disponível em <http://www.assistenciasocial.gov.br>. (Acesso em 10 de outubro de 2004 às 13:00 h)

contínuo de atenção básica, preste atendimento socioassistencial, potencializando as mesmas como unidade de referência, com o fortalecimento de vínculos internos e externos, prevenindo e evitando que essas famílias tenham seus direitos violados reincidindo em situação de risco social. Seu desenvolvimento se dá nos Centros de Referência a Assistência Social (CRAS), localizados em locais estratégicos, principalmente em área pobres das cidades, tem como finalidade articular os serviços disponíveis em cada localidade, possível a rede de proteção básica, como uma equipe técnica interprofissional, com Assistentes Sociais, Psicólogas, atendentes administrativos, e profissionais de outras áreas.

A Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, na perspectiva da prevenção e superação de desigualdades e exclusão social, tem a família como unidade de atenção para a concepção e a implementação de programas, projetos, serviços e benefícios. A Abrangência no Estado de Santa Catarina se dá em oito municípios catarinenses e a meta é atingir 293 municípios catarinenses

Em Florianópolis tal programa está para ser implementado em cinco regiões estratégicas (norte da ilha, Sul da ilha, continente, maciço do morro da cruz e região central), para descentralizar o atendimento a famílias que se encontram em situações de vulnerabilidade, com o fornecimento e encaminhamento em caráter emergencial, com uma equipe de Assistentes Sociais e Psicólogas, com recursos federais e municipais.

**c) Bolsa Família** - O Bolsa Família foi criado oficialmente em 10 de outubro de 2003, pelo Governo Federal, unificando todos os programas sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), em um único Programa sendo que este é o diferenciador a unificação do recebimento do benefício em um só cartão a famílias que antes recebiam mais de um benefício acima citado.

Seu funcionamento se dá como Programa de transferência de renda, destinados à famílias que se encontram em situação de pobreza, com renda *per capita* de até R\$ 100,00 (cem reais) mensais.

Dentre as principais finalidades do Programa encontra-se o enfrentamento de combate à miséria e exclusão social na sociedade brasileira, e também prover a emancipação das famílias mais pobres.

É incontestável a representatividade de programas governamentais voltados para o atendimento a famílias em situação de pobreza, principalmente aquelas famílias chefiadas por mulheres que são o tema desse estudo, que esses programas permitem o acréscimo de renda para a manutenção básica a sobrevivência de seus componentes, visto as conseqüências de fatores externos, econômicos que propiciam cada vez mais o empobrecimento dessas famílias em muitos casos a concessão desses benefícios por esses programas são a única renda para muitas famílias. Como será mostrado no próximo capítulo sobre a característica das famílias.

Em Santa Catarina, a Secretaria do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente (SDS), órgão gestor da Política de Assistência Social no Estado, criou o Grupo Gestor do Programa Bolsa Família, composto também pela Secretaria de Estado de Educação e Inovação e Secretaria Estadual de Saúde, ficando responsável pela coordenação.

Almeida e Carvalho (2003) em sua análise interpretam que,

não se pode ignorar que além de atingir apenas reduzida parcela de seu público alvo, esses programas deixam grande contingente de trabalhadores empobrecidos e vulnerabilizados e os que não são considerados como em uma situação extrema de pobreza excluídos dos suportes sociais. (ALMEIDA e CARVALHO, 2003 p. 120)

Percebe-se que os programas em algumas regiões do país estão bem distantes da realidade da população usuária, devido a má distribuição, muitas vezes sendo fornecido como

benefícios eleitorais, para promoção de muitos candidatos, fugindo ao controle da situação ideal, o qual muitas vezes é excludente pelo fato de como são distribuídos, o qual foge do controle dos órgãos federais a sua efetivação.

Visto que muitos brasileiros ainda se encontram em condições de pobreza absoluta, passando fome, conforme o Boletim da APUFSC de Novembro de 2004, que indicou dados referentes à situação da fome no Brasil, conforme divulgou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) dados referente ao ano 2003, que 27,26% de brasileiros são considerados indigentes, que estes não tem condições financeiras suficientes para suprir suas necessidades alimentícias, o que equivale a 47,4 milhões de brasileiros. Segundo esses dados, esse aumento foi significativo nas regiões metropolitanas, havendo decréscimo na área rural. Dados igualmente apresentados pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), indicaram que no ano de 2003 esse quadro da fome aumentou, havendo queda na renda de trabalhadores ocupados de R\$ 747,00 reais em 2002 para R\$ 692,00 reais, aumentando também o desemprego de 9,2% em 2000, para 9,7% em 2003.

Esse quadro de profunda crise enfrentada pela economia brasileira recai principalmente, como já citado no decorrer desse trabalho em famílias em situação de pobreza, agravando-se cada vez, ficando muitas famílias vulneráveis.

Percebe-se que muitos brasileiros que se enquadram nas exigências do governo para receber os benefícios governamentais, nunca ouviram falar e desconhecem tais direitos. Há necessidade de Programas que funcione como sistema ordenador das ações da Assistência Social, capazes de articularem e interagirem, que tenham como objetivos a promoção familiar.

Cabe sobre tudo discutir, eticamente, o que precisa ser feito no campo dos direitos sociais e da cidadania. Ultrapassar a discussão de que a pobreza e a miséria não se resolvem

com um conjunto de benefícios. A situação da pobreza somente poderá ser alterada quando houver vontade política efetiva do governo e da sociedade no sentido de melhor trabalho, salário, condições de vida e na distribuição da renda, para que essas famílias que vivem em situação de pobreza possam suprir suas necessidades com a qualificação e aquisição de renda para a manutenção de seus membros.

A manutenção no desenvolvimento da família, e proteção do Estado traz na década de 80 com a Constituição Federal, e na LOAS, um dos objetivos principais na manutenção a família como responsabilidade do Estado. E interligado a esse contexto de proteção o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao entenderem a criança e o adolescente como detentores de direito a convivência familiar e comunitária como mostrará no próximo item.

### **2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente e a concepção de direito e proteção**

Conforme Souza (1998, p. 43) “A história da legislação para a infância no Brasil inicia-se nas primeiras décadas do Brasil Império, [...] fundada na ideologia cristã de amparo e assistência através da iniciativa privada, [...] com subsídios do Estado”.

No Brasil o primeiro fato histórico de proteção à infância se dá a partir de 1726, no período colonial, com a abertura da Roda dos Expostos<sup>5</sup> na cidade de Salvador, devido às

---

<sup>5</sup> A Roda dos Expostos foi uma instituição, que foi trazida para o Brasil no século XVIII, com objetivo de salvar vidas de recém-nascidos abandonados, para mais tarde levá-los ao trabalho produtivo forçado. (MOREIRA LEITE, 1991 p. 99).

altas taxas de crianças que eram abandonadas pelas mães nas ruas sem nenhuma proteção, ou amparo, que muitas vezes não chegava à idade adulta, logo esse sistema foi difundindo para outras cidades brasileiras, que por quase um século e meio foi à única instituição de assistência a criança abandonada em todo país.

Os governantes a criavam com o objetivo de salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois para o trabalho produtivo e forçado. Foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem. (MOREIRA LEITE, 1991, p.99)

A segunda cidade da colônia a instituir o sistema de roda, foi o Rio de Janeiro no ano de 1738, que era administrada pela Santa Casa de Misericórdia, Marcílio (1991) destaca em sua análise, que a contribuição financeira para o auxílio da Santa Casa, vinha do senado da câmara devido a ordens expressas da Rainha D. Maria I.

A última roda fundada no período colonial foi da cidade de Recife, no ano de 1789, que mesmo depois da independência do Brasil, continuou a funcionar, igualmente como as outras rodas criadas no período colonial.

No entanto, assistir às crianças abandonadas sempre foram um serviço aceito com relutância pelas câmaras. Conseguiram estas fazer passar a lei de 1828, chamada lei dos Municípios, por onde se abria uma brecha para eximir algumas câmaras dessa sua pesada e incomoda obrigação. (MARCÍLO, 1991 p. 60)

Marcílio (1991) destaca também, que a lei do município de 1828<sup>6</sup>, foi instituída com a finalidade de estimular a iniciativa privada a se responsabilizar com o cuidado das crianças abandonadas, tirando do município a responsabilidade com esses serviços, surgindo com isso outras rodas já no período republicano em outras treze cidades do Brasil.

---

<sup>6</sup> Lei de 1828, coleção de leis do Império do Brasil.

Como já citado, o sistema de rodas persistiu por durante um século e meio no Brasil, que seguindo o rumo europeu, no século XIX com a campanha da abolição das rodas, devidos aos altos índices de mortalidade infantil dentro das casas, iniciado o movimento por médicos higienistas, acompanhados de juristas que começaram a pensar novas leis para proteger a criança abandonada e ponderando a questão social da época.

O movimento iniciado no século XIX, não foi suficiente para extinção da roda que continuou seu funcionamento até o ano de 1950 na cidade de São Paulo e Salvador sendo estas as últimas cidades no país a persistirem com o sistema de rodas para crianças abandonadas.

Dando um salto na história, nos atendo a década de vinte onde até então foram desenroladas muitas ações de atenção à criança em situação de risco social, enfatizando o ano de 1927, com o decreto nº 17943-A, que consolidava as leis de proteção aos menores, segundo Pilotti & Rizzini (1995) com o Código de Menores Mello Mattos, o mesmo foi minuciosamente elaborado, o qual contia 231 artigos, fazendo com que se diferenciasse de outros projetos e decretos que antes foram institucionalizados, representou o primeiro decreto voltado a se constituir um sistema público de atenção à criança e adolescente no país.

Ressalta Pilotti & Rizzini (1995, p.130) “O que impulsionava era “resolver”o problema dos menores, prevendo todos os possíveis detalhes e exercendo firme controle sobre os menores, através de mecanismos de “tutela”, “guarda”, “vigilância”, “educação”, “preservação” e “reforma”. Conforme assinalado, os autores destacam que esta reflete uma legislação protecionista visando a garantir a efetividade da lei tendo como meta resolver o problema dos menores, destacam-se ainda a contribuição que o Código de Menores trouxe para regulamentação de certas questões que antes não eram vista como direito.



Na década de 30 no governo Getúlio Vargas, o Estado passou a intervir mais no campo da economia e principalmente na área social, englobando a infância e adolescência pobre como uma preocupação social no contexto público.

Com o Código de Menores o Estado reconheceu a necessidade de criar ações voltado para as crianças e adolescentes, a primeira iniciativa foi a criação do Conselho Nacional de Serviço Social, através do decreto lei N. 525, de 1 de julho de 1938, que visava extinguir as deficiências e sofrimento causados pela pobreza e miséria.

Em 1940 com o Decreto 2.024, foi estabelecido o Departamento Nacional da Criança, o qual era subordinado ao Ministério da Saúde, com a missão de conscientização social de proteção materno-infantil. No ano seguinte, com a promulgação do decreto N. 3.799, que criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), subordinado ao ministério da Justiça, vinculado ao Juizado de Menores, “destinado a atuar junto aos menores “desvalidos e delinqüentes” (Pilotti & Rizzini, 1995, p.138), os autores destacam que a instituição visava prestar assistência aos menores carentes e infratores, tendo esse um arcabouço penitenciário, para atender a população de menor idade.

Em meio às experiências que reportavam para o aumento da criminalidade que envolvia crianças e adolescentes e as divergências que se tinham quanto a não efetividade do SAM, havia um consenso quanto à extinção do órgão. Após o golpe de Estado de 1964, foi extinto o SAM dando lugar a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNABEM), o qual funcionava em todo território nacional, com autonomia administrativa e financeira, seu principal objetivo era orientar, coordenar, e supervisionar as instituições que executavam e implementavam a Política Nacional de Bem Estar do Menor (PNBEM), prevalecendo com

medidas repressivas, mediante a criação de grandes internatos, as FEBENS, órgãos executores de políticas.

Em 10 de outubro de 1979, com decreto N. 6.697/79, foi aprovado o novo Código de Menores, que se adaptou aos novos tempos. “procurou substituir o conceito discriminatório do menor abandonado e delinqüente por uma compreensão descritiva sócio-econômico-familiar dos menores” (Junior, 2002, p.23 apud Silva 2003, p.28).

O código de 1979 define como situação irregular a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítimas de maus-tratos; por perigo moral em razão de exploração ou por encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoridade e infração penal. Assim as condições sociais ficam reduzidas a ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor: assistência, proteção ou vigilância. Na prática consagrada o que vinha fazendo a Funabem. (FALEIROS, 1995, p. 81 apud SOUZA, 1998, p. 44)

As maiores críticas recebidas foram em relação ao poder que se configurou da autoridade judiciária, permanecendo as atitudes, repressivas e correccional de outras leis.

Com o processo de redemocratização na década de 80, a sociedade civil se mobiliza com a criação de grupos tais como os de Meninos e Meninas de Ruas, Pastoral do Menor, o qual reivindicavam a conscientização do agravamento da questão social conforme os indicadores sociais da época que indicavam as altas taxas de crianças e adolescentes em situação de risco social e vulnerabilizadas diante da situação de pobreza, miséria e violência.

Com a Constituição Federal de 1988 esse intenso processo de mobilização dos grupos organizados da sociedade, como citado a cima, que diante de um amplo discurso em torno da questão da criança e do adolescente que se tinha na época, se deu consistência e de forma vitoriosa, incluíram o artigo 227 o qual dispõe que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Definiram estes como sujeitos de direitos, que devam ser efetivados prioritariamente através de políticas sociais de educação, saúde, esporte e lazer.

Além da regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal, as mobilizações se davam em torno da elaboração da lei 8.069/90 que foi promulgada em 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa lei mais do que regulamenta as conquistas em favor da criança e do adolescente na Constituição Federal, promove a revolução nas áreas jurídicas, sociais e políticas.

Souza (1998, p.45) destaca que “O Estatuto concebe a criança e adolescente como sujeitos de direitos juridicamente protegidos. [...] Redimensiona o atendimento priorizando a convivência familiar e comunitária”.

No entanto o que se tem observado nesses quatorze anos de implementação do ECA, quanto as transformações propostas por este, é que a dificuldade na concretização dessas políticas devido a redução e capacidade do Estado de investir nas políticas públicas, em virtude da chamada “nova ordem mundial”, de ajustes estruturais na economia, principalmente em países periféricos como é o caso do Brasil, reforçando o paradigma repressivo e clientelista das ações estatais.

Porém, na realidade, essas transformações propostas pelo ECA, não estão sendo postas na íntegra. O que se vê diante desse processo conforme mostram Dados do IBGE,

conforme demonstrados pela Fundação Abrinq <sup>7</sup> ressaltam que 57,6 milhões da população brasileira são crianças e adolescentes, destes 1,9 milhões com idades entre 7 a 14 anos estão fora da sala de aula e 2,2 milhões com idade entre 15 e 17 anos estão fora da escola.

Atualmente 1,8 milhões de jovens brasileiros são analfabetos, apenas 18,4% dos adolescentes tem mais de oito anos de estudos.

Dos 3,3 milhões de bebês que nascem todo ano, um milhão deles não são registrados, 57 mil morrem na primeira semana de vida, 120 mil morrem no primeiro anos de vida e 140 mil morrem nos primeiros cinco anos de vida. Das 700 mil crianças que nascem na rede pública são filhos de meninas entre 10 e 18 anos, e 14% das adolescentes brasileiras entre 14 e 19 anos têm pelo menos um filho.

Um quadro alarmante em relação a situação da crianças e adolescentes e como estes ainda estão desprotegidos, de educação, saúde, moradia, a partir da década de 90, contradizendo o que diz a lei 8.069/90.

Esses dados demonstram que nas ações governamentais a criança e o adolescente não foram considerados prioridade nas ações de política públicas com a falta de investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento desses sujeitos, sem contar as questões sociais pertinentes à problemática brasileira com a falta de condições materiais para manter padrões sociais estabelecidos, perante o ascendente desemprego da classe trabalhadora, o processo de empobrecimento da família brasileira, em consequência ao esvaziamento da máquina pública.

Em sua análise Becker destaca que as;

Ações de enfrentamento a pobreza são ainda marcadas pelo assistencialismo e clientelismo, quando não inexistentes. Como consequência, tem-se o enfraquecimento dos vínculos familiares, o aumento de crianças e adolescentes ingressando precocemente no mercado de trabalho e

---

<sup>7</sup> Fundação Abrinque [http:// www.fundabrinq.org.br](http://www.fundabrinq.org.br) (Acesso em 10 de outubro de 2004 às 14:00 h)

abandonando a escola, passando muito deles a viver nas ruas. (BECKER 1994, p.63)

A família é o eixo básico para garantir as condições essenciais e básicas para o desenvolvimento da criança e do adolescente conforme o artigo 4º do ECA que salienta como parâmetro principal, através do estímulo a convivência familiar e comunitária. No entanto sem a efetivação desses direitos a família não consegue condições para garantir esse desenvolvimento.

Em resposta a consolidação dos direitos previstos no Estatuto, o governo Federal lançou Programas para amenizar a situação de crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos violados, e de suporte para a família dessas crianças e adolescentes, tais como:

**a) Programa de atenção a criança de 0 a 6 anos** - é um Programa destinados ao atendimento de criança vulnerabilizadas pela pobreza de suas famílias. Tem como objetivo, assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência social e familiar.

O atendimento dar-se a crianças de 0 a 6 anos, que encontram-se em situação de pobreza, privadas de renda e do acesso a serviços públicos, com vínculos familiares e afetivos frágeis, discriminadas por questão de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras, bem como suas famílias, priorizando o atendimento a criança de 0 a 3 anos.

O seu funcionamento se dá através do Serviço de Ação Continuada (SAC), que repassam valores *per capita* fixos de referencia, para cobertura de despesas correntes com atendimento direto das crianças e suas famílias. Assim o Fundo Nacional de Assistência Social repassa mensalmente, aos fundos municipais, estaduais, e do Distrito Federal, um valor de referencia que deve por eles ser complementados. Os recursos são para despesas correntes, caracterizadas como manutenção de serviços internos e externos já criados e instalado.

**b) Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Sentinela** - é um programa voltado ao atendimento de criança e adolescente vítimas de abuso ou violência sexual, e seus familiares. Institucionalizado para atender a determinação da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), fazendo parte do Plano Nacional de Combate à Violência Sexual Contra Criança e Adolescente.

Seu funcionamento se dá em Centros ou Serviços de Referências, com seu espaço físico implantado no município, para o atendimento às crianças, ao adolescente e as famílias em situação de violência sexual, formado por um equipe multiprofissional, especializado no atendimento, psicossocial e jurídico, esses centros devem formar redes de proteção social para se evitar que tal fato se prolifere.

Para seu funcionamento é necessário que tenha funcionando no município, Conselhos Tutelares, bem como a aprovação do programa pelos Conselhos Municipais de Assistência Social e do Direito da Criança e do Adolescente, tendo a garantia de orçamento público com repasse de recursos próprios a Programas de Atividade ou marca explícita para o funcionamento das ações decorrentes dos Planos Municipais de Enfrentamento a Violência Sexual e Infância-Juvenil.

Em Santa Catarina o Programa constitui-se em um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento aos casos identificados de abuso e/ou exploração sexual de crianças, adolescentes e de suas famílias. A abrangência estadual é de 32 municípios, num total de 5.800 crianças e adolescentes, com investimento de R\$ 1.621.600,00.

Em Florianópolis, tal programa situa-se no Complexo Ilha da Criança, que se insere no mesmo os projetos ACORDE, SOS Criança, Mel, entre outros, que atende crianças e adolescentes expostos em situação de violência física severa, e violência sexual.

**c) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)** - tem como objetivo atender a famílias com renda *per capita* de até de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, crianças e adolescentes de sete a quinze anos de idade, e que se encontram em situação de trabalho infantil, oferece uma pequena compensação financeira às famílias dessas crianças na forma de bolsa no valor mensal de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por criança na área rural e para área urbana R\$ 40,00 (quarenta reais) por criança, com o teto máximo de três crianças ou adolescentes por família. Além de freqüentar a escola a criança ou adolescente inserido nesse programa tem que freqüentar a Jornada Ampliada no período oposta ao da escola, com finalidade de desenvolver atividades sócio-educativas.

Em Florianópolis a meta é atender 710 crianças que encontram-se com seus direitos violados, sendo que essa meta já foi atendida, tendo crianças na fila de espera. O Programa funciona com recurso fundo a fundo (o governo federal repassa o recurso diretamente para o município), o valor das bolsas e mais R\$ 10,00 reais por criança para ser custeado os recursos com o Programa jornada ampliada, o restante é custeado pelo município.

**d) Projeto Agente Jovem** - destinados a jovens com idade entre quinze e dezessete anos de idade, cuja renda familiar *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, com prioridade para o egresso de programas como PETI. Tal programa proporciona o jovem conhecimento prático e teórico para aprendizagem a futura inserção no mercado de trabalho, possibilitando a permanência do mesmo na escola, com o desenvolvimento a promoção e inserção do jovem em ações conjuntas de integração a família, e sociedade.

O jovem recebe uma bolsa no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), sendo necessário que ele esteja freqüentando as aulas (no mínimo 75% do total do número de aulas) e das atividades previstas no programa, o prazo da bolsa é durante doze meses em que ele estiver inserido no programa e atuando junto à comunidade.

Em Florianópolis, são atendidos 200 jovens, com uma equipe técnica de 18 orientadores sociais, o governo federal repassa o recurso para o pagamento das bolsas no valor de R\$ 65,00 reais para cada jovem, e mais R\$ 200,00 ao pagamento de cada orientador educacional contratado, sendo até oito profissionais. O restante além desse número é custeado pelo município.

No âmbito das propostas políticas relacionadas às famílias a idéia de falência e da incapacidade também está presente. Ela pode ser observada através da tônica de muitos programas destinados a solução dos problemas na infância no Brasil. Estes colocam o destino dos recursos financeiros, atrelado a determinada condição relacionada às crianças e muitas vezes a uma única criança. (MIOTO, 1999, p. 98)

Em suma, estando os recursos públicos disponíveis nos níveis, federal, estaduais e municipais o resultado configura o empobrecimento das famílias, estando mais vulneráveis crianças e adolescentes, como parcela significativa da população do país, caracterizando por uma demanda inesgotável e pela declarada ausência de política compensatória.

As mudanças mais importantes com a implementação do ECA, está na concepção de infância e adolescência, como sujeitos de direitos e pessoa peculiar de desenvolvimento, ao mesmo tempo que a legislação os tornam sujeitos de direitos produz uma visão de sujeito infantil assistencialista produzindo novos contextos de exclusão.

Como já citado acima sobre alguns programas federais criados para minimizar a situação de vulnerabilidade apresentada pela criança e adolescentes e seus familiares em



situação de pobreza, o ECA no seu artigo 90, estabelece sobre a responsabilidade assim como a execução de projetos e programas de proteção e sócio-educativos a orientação e apoio sócio-familiar, como veremos no próximo item as atribuições do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

### 2.3.1 Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a criança e o adolescente foram considerados pessoas de direitos, tal lei assegurou a convivência familiar, estabelecendo como programa de vanguarda e política de atendimento, o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (POASF). Tal medida rompeu com a história de proteção focada no indivíduo sem abranger a família.

Mioto (1999) destaca que os Programas de Orientação e Apoio Sócio Familiar, se difundiram no Brasil a partir da década de 90 previstos no ECA, com objetivo fundamental de garantir o direito a convivência familiar a criança e o adolescente, a autora enfatiza que mediante a este processo conforme a destinação de recursos, não houve a consolidação de um debate amplo em relação as propostas no ideário em defesa dos cidadãos.

Muitas vezes, no bojo diversidade de proposição e sob a égide de um discurso “homogêneo” de justiça e cidadania, os programas de apoio sócio-familiar, trazem embutidos princípios assistencialistas e normatizadores da vida familiar que imaginávamos ultrapassados (MIOTO, 1999, p.93).

Reportando ao passado e a forma como o POASF foi implementado na cidade de Florianópolis, Mafra (2001), aponta, que tal programa passou a ser pensado a partir de 1997, devido à preocupação de lojista do centro da cidade, que se deparavam diariamente com a presença de meninos e meninas de rua, que praticavam mendicância em frente às lojas.

Com a mobilização dos lojistas, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), entrou em contato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, para que tal “problema” fosse resolvido.

Mafra (2001) aponta que mediante a essa pressão a Prefeitura, em maio do mesmo ano trouxe a ampliação do discurso para a sociedade civil, com proposta de se ampliar o debate em torno da questão, e a possível solução do “problema”. A autora destaca ainda que em relatório elaborado pelo Conselho Tutelar, foi proposto a criação de um projeto de orientação e apoio sócio-familiar. Após a discussão definiu-se como responsabilidade da prefeitura a implementação do referido programa. Em novembro de 1997, o Projeto de Orientação e Apoio Sócio Familiar, foi oficialmente lançado pela prefeitura, através da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, tendo como órgão encaminhador das famílias o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e Juventude.

Em 1998, foi implementado o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, com poucos recursos financeiros, escassez em material físico e um número pequeno de profissionais para atender as famílias, Mafra (2001), revela que esse foi um dos dificultadores nas ações a serem desenvolvidas junto às famílias.

O Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar, desde 1998, ano em que foi implementado na cidade de Florianópolis no Complexo Ilha da Criança, visa realizar acompanhamento a famílias encaminhadas pelos Conselhos Tutelares, setor Ilha e Continente

e Juizado da Infância e Juventude, que passam por situação sócio econômica crítica, negligência familiar e/ou crianças e adolescentes em situação de rua, normalmente associados à questão com o uso e tráfico de drogas, como também outras formas de violência (violência física e sexual).

O acompanhamento é prestado por profissionais na área de Serviço Social e Psicologia, que intervêm para a reorganização da dinâmica familiar, intervindo nas relações familiares, bem como buscando a organização familiar para o suprimento das necessidades básicas (alimentação, saúde, moradia, educação, etc...).

Desde 21 de março de 2001, quando se separou a saúde do desenvolvimento social, onde ambas secretarias foram divididas, o POASF passou a ser um Programa da Secretaria de Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis .

Nesses seis anos de existência do Programa muito se evolui, principalmente quando se refere a experiência dos profissional do POASF, pois ainda se percebe problemas que desde a origem persistem, como a falta de verbas, para se investir em recursos financeiros e humano, para atender o elevado número de famílias que se encontram na fila de espera.

Atualmente o POASF está localizado em uma sala no segundo andar do prédio, no Complexo Ilha da Criança no bairro da Agrônômica, com um total de oito Assistentes Sociais, três Psicólogas, três estagiários de Serviço Social e um motorista, com o objetivo de atender as famílias de crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos violados, estando em atendimento um total de 110 (cento e dez) famílias, com uma média de 16 (dezesesseis) famílias atendida por cada profissional de Serviço Social, tal atendimento se dá da seguinte forma (Anexo A):

O **primeiro** contato que se tem com a família é após esta ser encaminhada pelo Conselho Tutelar, onde é feito o acolhimento (Anexo B), terça ou sexta-feira, período vespertino e matutino respectivamente, com um dos membros da família, é preenchido um formulário com perguntas básicas sobre a organização familiar, para posterior localização da família, quando esta iniciar atendimento no POASF.

Após ser feito o acolhimento, o formulário vai para uma fila de espera devido a demanda encaminhada pelos Conselhos Tutelares e Juizado da Infância e Juventude.

O **segundo** passo é assim que o assistente social começar o atendimento, é feito contato com a rede, com pesquisa no SOS criança, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e Juventude, Escola (se a família possui crianças em idade escolar), Posto de Saúde, para se obter dados que possa dar subsídios para a formulação do estudo social.

O **terceiro** ponto é a primeira visita domiciliar, feita pela Assistente Social que vai atender a família, baseado pelo endereço que foi fornecido no acolhimento (caso esta não aceite o atendimento, ou haja mudança de endereço, é enviado um relatório ao Conselho Tutelar, ou Juizado, informando a não adesão ou localização da família), a partir do momento que a família inicia atendimento é feito um estudo social para diagnosticar as questões sociais que ali se faz presente.

Conforme vai se criando vínculo com a família, o Assistente Social começa a traçar o plano de intervenção, segundo as questões sociais apresentadas, dando subsídios para encaminhamento para empregos, curso profissionalizante, vagas em creche, escolas, marcação de consultas e exames, atendimentos emergenciais com a distribuição de cestas básicas, passagem de ônibus, medicamentos, informações e orientação referente à dinâmica familiar.

Cada visita domiciliar, atendimento na instituição, encaminhamento, contato com a rede ou qualquer situação envolvendo a família é relatado em prontuário (Anexo C) para que fique registrado, sendo este totalmente sigiloso.

O atendimento a família vai se prestando até que esta possa se organizar sem a presença do profissional podendo ser desligada sem ter um tempo previsto.

Semanalmente as quintas-feiras é realizada reunião de equipe, com todo corpo técnico do POASF. Cada Assistente Social relata um ou dois casos, apresentando a situação da família, e a equipe em conjunto discute a estratégia de intervenção a ser realizada pela Assistente Social responsável pelo caso. Toda reunião é transcrita em ata

Ao ser desligada, a família é comunicada sendo feito um relatório final que é encaminhado para o Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e Adolescência, o qual relata todo atendimento prestado a família se os objetivos proposto na intervenção foram alcançados ou não.

O atendimento psicológico a família é realizado mediante a solicitação do Assistente Social que atende a mesma, tendo esta demanda para os atendimentos psicológicos, que também é decidido em reunião de equipe se há ou não necessidade da inserção da família nos atendimentos psicológicos.

No primeiro semestre de 2004 levantou-se o perfil das famílias atendidas no POASF<sup>8</sup>, tal pesquisa revelou que das 88 famílias pesquisadas, 51 tem como responsável à mãe, e em 22 famílias os responsáveis são o casal; em 05 famílias o responsável é o pai e em 06 famílias os avós são responsáveis, outros aparecem em 04 famílias.

---

<sup>8</sup> Pesquisa realizada pela Equipe técnica do POASF.

Os dados referentes ao responsável pela família revelam que as mulheres estão se responsabilizando sozinhas por suas famílias. O que reflete as tendências gerais das grandes pesquisas brasileiras, e objetivo desse trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais assumindo as responsabilidades familiares.

No tocante a especificidade deste perfil, a definição de responsável pela família não significa necessariamente lares em que a mulher não possui um companheiro. Porém, refere-se às famílias em que a mulher assume a responsabilidade pela organização familiar, cuidado e proteção dos filhos; é ela quem “assume” a família. Por vezes, pode até existir a presença de um companheiro o qual não tem uma longa presença temporal na vida familiar; pode ser pai de alguma criança, entretanto não exerce a paternagem; normalmente é compreendido como o “marido da mãe”.

A relação entre o responsável e o provedor está diretamente relacionada. Sendo que, em 48 famílias as mães são provedoras, o que se assemelha ao número dos responsáveis, demonstrando que as mulheres também assumem o sustento das famílias.

A escolaridade do responsável é baixa, sendo que 64% frequentaram a escola no máximo até a 4ª série e 9% não são alfabetizados. Os responsáveis que frequentaram além da 5ª série somam apenas 27%. Este dado tem uma relação direta com as condições de emprego e renda das famílias.

A renda familiar apresentada é extremamente baixa, sendo que 17% das famílias sobrevivem com menos de 01 salário mínimo e 62% tem renda entre 01 e 02 salários mínimos. Que 95% das famílias têm renda até 04 salários mínimos. Constata-se desta forma, que as famílias acompanhadas passam por situações de carência, não tendo as suas necessidades básicas satisfeitas e principalmente conclui-se, que são famílias com uma

alimentação de má qualidade, o que tem consequências diretas no desenvolvimento das crianças.

Tipos de ocupação verificaram-se que os provedores estão inseridos em trabalhos que não exigem qualificação profissional e conseqüentemente não apresentam garantias de emprego e renda.

Somados a estes dados, temos que 53% das famílias estão inseridas no mercado informal de trabalho e 16% estão desempregados. O que demonstra uma relação com o mercado de trabalho extremamente precário e desprovida de garantias trabalhistas.

Os dados levantados revelam que o Programa presta acompanhamento às famílias em situação de grave de carência sócio econômica, que necessitam de suporte para manter a vida. Uma das formas de auxílio recebido são os benefícios sociais. Sendo que, 49% das famílias recebem algum tipo de auxílio financeiro, através dos programas federais, como Bolsa Escola, PETI, entre outros. Entretanto, a pesquisa demonstra também que 51% das famílias ainda não recebem qualquer tipo de auxílio, contando apenas com recursos próprios para a aquisição do sustento familiar.

A união conjugal demonstra que não é uma característica da organização familiar a constante troca de parceiros, sendo que 81% das famílias tiveram até 02 uniões conjugais; 14% tiveram união com até 04 pessoas diferentes e 3% revelam que se uniram a mais de 4 companheiros ao longo do ciclo de vida familiar.

Com relação ao número de filhos que residem em casa, a pesquisa demonstra que 58% são crianças, 35% são adolescentes, e os filhos adultos que moram com os pais somam 7%.

Esses dados revelam que as famílias acompanhadas no Programa, têm filhos em tenra idade, que requerem ainda muitos cuidados e precisam de grande atenção dos pais, bem como de proteção social.

No acompanhamento a família, percebe-se que principalmente o adolescente tem dificuldade de freqüentar a escola. O que pode ser revelador de uma série de dificuldades decorrentes do contexto sócio – econômico e cultural das famílias, onde o acesso ao conhecimento escolar não é um valor significativo, capaz de permitir o acesso a uma condição diferenciada de vida. Para as escolas e instituições o trabalho com esta realidade de exclusão social, com crianças e adolescentes privados do bem-estar, que passam por situações de rua, violência e carência diversas, é ainda um grande desafio.

Através dos dados da pesquisa pode-se observar que a situação de saúde das famílias é precária. Dentre as famílias portadoras do vírus HIV (total de 06), 72% dos que possuem o vírus são mulheres.

E entre os que sofrem com doenças psiquiátricas (10 famílias), as mulheres somam um número de 70%.

Com membros em situação de dependência química (32 famílias), observamos que os adolescentes são os que estão mais envolvidos com o uso de drogas (41%), seguidos pelos homens que somam 37%. As mulheres perfazem um total de 20% e aparecem 2% de crianças que utilizam algum tipo de substância química.

Em relação a famílias que tem membros portadores de necessidades especiais (08 famílias), 40% são crianças e 30% são adolescentes. Em relação aos tipos de necessidades especiais, a dificuldade mental é a que mais aparece, sendo seguidas das dificuldades físicas e visuais.



As demandas apresentadas nas famílias acompanhadas, no período pesquisado foram carências sócio – econômica (79 famílias), associadas a negligência (38 famílias), dependência química (32 famílias), situação de rua (31 famílias), violência psicológica (24 famílias), violência física (14) famílias e violência sexual (05 famílias).

### **3 CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES NO POASF**

Neste capítulo se abordará o procedimento adotado na pesquisa, destacando o espaço institucional onde foi realizado a mesma e a realidade das mulheres chefes de famílias em atendimento, em um contexto geral, procurando salientar a questão social existente e o alcance das políticas públicas, das famílias chefiadas por mulheres.

O primeiro item a se destacar nesse capítulo será sobre o procedimento metodológico realizado para a realização deste estudo, considerando sua natureza do tipo exploratória. O principal objetivo da pesquisa é traçar as características das famílias chefiadas por mulheres inseridas no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (POASF), da Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS) da Prefeitura Municipal de Florianópolis, identificando a vulnerabilidade econômica e social das mesmas, para sugerir ao final deste trabalho se possível, políticas públicas em resposta as questões detectadas.

#### **3.1 Procedimentos da pesquisa**

O interesse em fazer esta pesquisa surgiu a partir da realização de estágio curricular obrigatório no POASF, que do total de 110 (cento e dez) famílias atendidas, (até a

data da elaboração do projeto de pesquisa), mais da metade, ou seja, 63 (sessenta e três) famílias chefiadas por mulheres.

### 3.1.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa realizada caracterizou-se por ser do tipo documental, conforme Gil (1999, p. 66) “a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objetivo da pesquisa”. O autor ressalta que a pesquisa documental assemelha-se a pesquisa bibliográfica em muitos sentidos, que ambas seguem o mesmo desenvolvimento, e o que as diferencia é a natureza da fonte.

O presente estudo buscou obter dados confiáveis das famílias chefiadas por mulheres no POASF, com levantamentos de documentos oficiais e já existentes no Programa, com o colhimento de pré-informações nos prontuários elaborado pelas Assistentes Sociais que atendem as famílias pesquisadas.

Outra característica da pesquisa foi o levantamento dos assuntos que já foram publicados na área de temas de gênero, políticas públicas, família e cidadania, com o caráter bibliográfico. Gil (1999), destaca que o procedimento da pesquisa bibliográfica, se dá por materiais bibliográficos já elaborados, tais como artigos científicos e livros, a principal vantagem de se fazer uma pesquisa bibliográfica, consiste na ampla cobertura de materiais publicados, o que facilita ao investigador a melhor compreensão do fenômeno pesquisado.

A pesquisa caracterizou-se por ser do tipo exploratória. A natureza da pesquisa do tipo exploratória faz-se quando conhece pouco do assunto, geralmente muito usada pelos Assistentes Sociais e Sociólogos.

De acordo com Gil (1999, p. 43) “pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipótese pesquisáveis para estudo posteriores”. O autor destaca o uso habitual de levantamento bibliográfico e documental, aponta que o principal objetivo desse tipo de pesquisa é a proximidade da visão geral acerca de determinado fato, constituindo a primeira etapa de uma extensa investigação”. Buscou-se analisar as característica dessas famílias e a situação de vulnerabilidade enfrentada por estas. O caráter exploratório permitiu-nos a visualização do impacto das políticas públicas no núcleo das famílias pesquisadas, que muitas vezes não vão de encontro as suas necessidades.

Outro aspecto utilizado para realização da pesquisa, foi o caráter qualitativo-quantitativo da pesquisa, onde procurou se analisar profundamente os dados e obter informações do grupo pesquisado, observando o maior número de informações prestadas, referente às questões exatas, resultando na qualidade das informações obtidas, referente a realidade do público pesquisado.

Não existe um “continuum” entre “qualitativo-quantitativo” em que o primeiro termo seria o lugar da “instituição”, da “exploração” e do “subjetivismo”; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido “objetivamente” e “em dados matemáticos”. (MINAYO 1994, p.22)

### 3.1.2 Público alvo

O público alvo composto para a realização dessa pesquisa, foram famílias chefiadas por mulheres que estão em atendimento no POASF no total de quatorze famílias pesquisadas, como mostrará no próximo item, a respeito da amostra da pesquisa.

### 3.1.3 Amostra da pesquisa

Destacando Gil (1999, p. 100) “*Amostra*. Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”. O autor destaca ainda que existe vários tipos de amostragem na pesquisa social, se dividindo estas em probabilística (rigorosamente científica, baseada em leis) ou não-probabilística (depende unicamente do pesquisador sobre a fundamentação matemática ou estatística)

Dentro desse contexto optou-se na pesquisa pela utilização da amostra não-probabilística da população, devido ao elevado número de famílias que são chefiadas por mulheres em atendimento no POASF e o curto tempo para elaboração do mesmo.

No universo de 110 (cento e dez) famílias em atendimento no POASF, na época da elaboração do projeto de pesquisa, constatou-se que 63 (sessenta e três) eram chefiadas por mulheres. Dentro desse total de mulheres que chefiam suas famílias, levou-se em conta uma amostra representativa de 14 (quatorze) famílias, sendo que desta amostra foram selecionadas

duas famílias de cada Assistente Social que faz parte da equipe técnica e que presta acompanhamento às famílias, totalizando sete profissionais.

Para escolha das famílias pesquisada optou-se pelo método da amostragem aleatória simples, onde cada uma das Assistentes Social selecionou as famílias a serem chefiadas. Destacando novamente Gil (1999, p.101) “Amostra aleatória simples consiste em atribuir a cada elemento da população um número único para depois selecionar alguns desses elementos de forma casual.”

#### 3.1.4 Objetivo da pesquisa

##### Objetivo Geral

- Analisar as características situação das famílias chefiadas por mulheres em atendimento no Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar (POASF), da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

##### Objetivo específico

- Caracterizar a situação social e econômica das famílias chefiadas por mulheres;
- Levantar as causas que levaram essas famílias a serem chefiadas por mulheres;
- Levantar as responsabilidades da mulher dentro do núcleo familiar em que está inserida;

- Identificar as estratégias de sobrevivência enfrentadas adotadas pelas mulheres chefes de família que estão em atendimento no POASF;
- Identificar o alcance e os limites do POASF diante da situação de vulnerabilidade social e econômica das famílias chefiadas por mulheres;

### 3.1.5 Trajetória da pesquisa

Após a realização do Projeto de Pesquisa, em **primeiro momento** foi realizado o levantamento bibliográfico a cerca do tema escolhido, com intuito de obter conhecimento teórico ao tema proposto.

**Num segundo momento**, foi feito o levantamento das famílias chefiadas por mulheres, e a quantidade que cada Assistente Social atende, para selecionar a família a fazer parte da pesquisa;

**No terceiro momento** foi elaborado um formulário. Segundo Nogueira (1975), a utilização do formulário se dará quando as informações a serem coletadas forem dados definidos, concretos, quantitativos e objetivos. A exemplo temos nome, idade, sexo, estado civil, etc. Sobre esse mesmo aspecto e pela clareza da exposição Goode e Hatt (1979) destacam que o formulário, é o nome geralmente utilizado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas pelo entrevistador numa situação face a face com outra pessoa.

Após a elaboração do formulário o qual constava perguntas abertas e fechadas, Gil (1999, p.124) destaca que “Não existem, naturalmente regras fixas a serem observadas para a formulação de perguntas na entrevista”. Quanto à construção das perguntas abertas e

fechadas, destacando ainda a análise feita por Gil (1999), as perguntas fechadas são um conjunto de alternativas que dentre elas seja escolhido uma opção geralmente a que melhor a pessoas se identifica; as perguntas abertas representam a liberdade do entrevistado responder as questões a ele indagado.

**No quarto momento** para coleta de dados, optou-se pela entrevista. De acordo com Nogueira (1975) a entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido. Se expressa em uma situação social em que há interação entre o entrevistador e o entrevistado, não só através da palavra, mas pela inflexão da voz, gestos, expressões, fisionomia, aparência e comportamento.

O tipo de entrevista utilizada foi a estruturada ou padronizada, como propõe Marconi (1991, p.197) “É aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido [...]. Ela se realiza de acordo com um formulário elaborado e é efetuada de preferência com pessoas de acordo com um plano.

**No quinto momento** foi realizada a análise dos dados obtidos nas perguntas feitas as mulheres que chefiam sua famílias e que são atendidas no POASF.

### 3.1.6 Limites da pesquisa

Esse estudo apresentou as seguintes limitações:



- a) O tempo para a realização da pesquisa foi relativamente curto, outro fator que complicou o processo de entrevistas, foi devido a muitas mulheres trabalharem em período integral, os quais não coincidia com os horários da realização do estágio no POASF, outro complicador foi em relação que no período das entrevistas 3 Assistentes Sociais entraram em férias o que dificultou o contato com as famílias por elas atendidas;
- b) As dificuldades expressão pelo público pesquisado, em muitas pesquisa o linguajar simples e coloquial, dificultou a análise de alguns dados, referente a família;
- c) Algumas entrevistadas ocultaram dados e informações conhecidos pelos profissionais do POASF e que inclusive constam no prontuário das entrevistadas, referente ao estado de saúde, criação dos filhos, problemas mais graves relacionados a fatores de risco social.

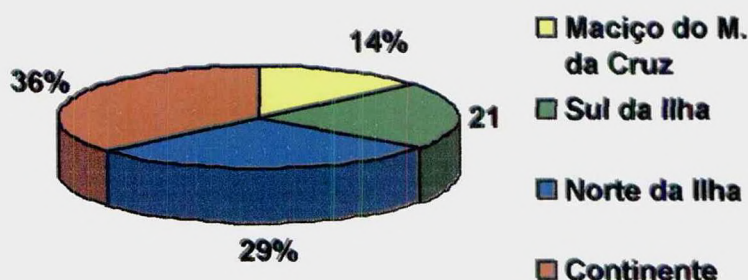
### **3.2 Característica das famílias**

As características das famílias chefiadas por mulheres, nesta pesquisa incluem dados relativos à composição familiar bem como a sua organização, situação econômica e social, nos aspectos relativos à saúde, educação, lazer. E as principais causas que levaram as

mulheres chefiar sua família, partindo da sua responsabilidade dentro do núcleo familiar e as estratégias encontradas por ser esta responsável pela família.

### 3.2.1 Identificação

Como visto no capítulo anterior, as famílias acompanhadas no POASF, que foram encaminhadas pelo Conselho Tutelar setor Ilha/Continente, apresentam algum tipo de situação de risco, envolvendo principalmente crianças e adolescentes, por se tratar esse de um programa de proteção a criança e adolescente conforme o ECA no artigo 90.



**Figura 1 - Localização das famílias**

Com relação à localidade onde residem as 14 famílias que fizeram parte da amostra da pesquisa, dividiu-se da seguinte forma: 5 (cinco) ou 36% residem no continente, 4 (quatro) ou 28% no Norte da Ilha, 3 (três) ou 22% no Sul da Ilha, e 2 (dois) ou 14% no

Maciço do Morro da Cruz. Em algumas áreas do município de Florianópolis localizadas em regiões configuradas como “bolsões de pobreza”.

Conforme Santos (2003, p. 115) “Os bolsões de pobreza, organizam-se pela ocupação de áreas públicas ou privadas, onde crescem habitações extremamente precárias, construídas por tábuas velhas ou novas, resto de construções e formam um aglomerado de pequenas casa.” De acordo com a autora essa situação de precariedade e desvalorização da condição de habitação em áreas consideradas muitas vezes de risco pela falta de equipamento básico de saneamento básico é uma das situações que acaba agravando ainda mais a situação de pobreza dessas famílias.

**Tabela 1 - Cidade de origem das mulheres chefes de família**

Cidades	Número Total	Porcentagem
Florianópolis	5	37%
Biguaçu	1	7%
Rio do Sul	1	7%
Santa Rita	1	7%
Videira	1	7%
Campos Novos	1	7%
Lages	1	7%
Porto Goiol	1	7%
Curitiba	1	7%
Porto Alegre	1	7%
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

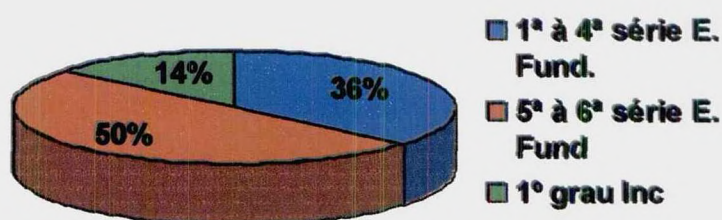
Quanto ao local de origem das mulheres que chefiam suas famílias, a pesquisa constatou que a maioria migrou para Florianópolis, oriundas principalmente de outras cidades do Estado de Santa Catarina, ficando assim distribuído: 3 (três) de cidades da Serra, 3 (três) do Oeste, uma da grande Florianópolis, e 5 (cinco) da capital do estado, apenas em dois casos

apresentaram-se como provenientes de outros estados, uma de Porto Alegre (RS) outra de Curitiba (PR). Como propõe Lisboa

O número de mulheres que migram, sozinhas ou acompanhadas de seus familiares, tem aumentado significativamente nas estatísticas nacionais e internacionais, dado o caráter multidimensional dos papéis atribuídos à mulher na família incluindo sua maior responsabilidade em relação aos filhos, ao sustento da família e o seu deslocamento em função de casamentos. (LISBOA, 2002, p. 37).

Quanto ao tempo de residência na cidade registrou-se que das 9 (nove) ou 64% das chefes de famílias são originárias de outras cidades, 14% moram a mais de 5 anos na cidade, 21% moram a mais de 10 anos e 28% mais de 20 anos.

Em se tratando do tempo de moradia na atual propriedade, 3 (três) famílias moram a menos de 1 ano na atual propriedade, 5 (cinco) famílias residem de 2 a 8 anos na mesma residência, 3 (três) famílias de 10 a 16 anos, uma família a mais de 20 anos e apenas um caso relatou que mora na mesma casa desde que nasceu.

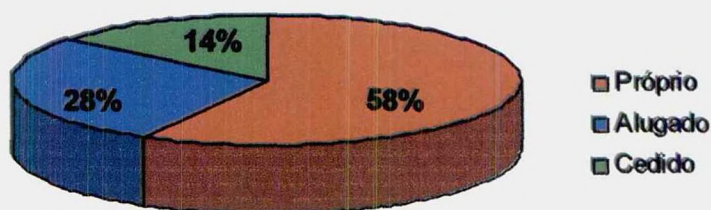


**Figura 2 - Escolaridade das mulheres chefes de família**

O grau de escolaridade apresentado por essas mulheres que chefiam suas famílias, se caracterizou pela maioria delas terem somente o ensino fundamental incompleto. Ficando assim registrado. No ensino fundamental de 1ª a 8ª série: uma na 1ª série, outra na 2ª série, 3 (três) na 4ª série, 4 (quatro) na 5ª série, 3 (três) na 6ª série. Constatou-se que em apenas dois casos houve a conclusão do ensino fundamental, mas não a conclusão do ensino médio, ficando assim: uma no 1º ano outra no 2º ano do ensino médio.

O baixo grau de escolaridade dessas mulheres que chefiam suas famílias acarretam em vários dificultadores, principalmente na qualificação profissional como identificará a pesquisa no item 3.2.3 .

### 3.2.2 Situação por domicílio



**Figura 3 - Situação por domicílio**

Em relação à situação domiciliar das famílias pesquisadas, predominou-se o domicílio próprio, a pesquisa constatou que 58% famílias tem suas casas próprias, 28% cedidas, e 14% alugadas. Onze ou 79% das famílias responderam haver somente uma casa no terreno, em 14% famílias 2 (duas) casas, e apenas 7% relatou haver 3 (três) casas no mesmo terreno.

**Tabela 2 - Número de pessoa pó domicílio**

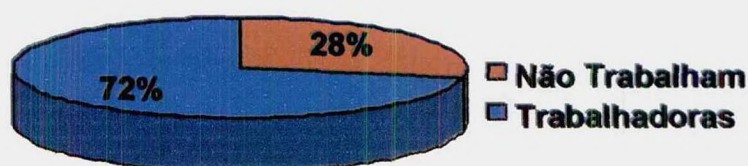
Quantidade de pessoas por domicílio	Numero Total de famílias	Porcentagem
2	2	14%
3	1	7%
4	3	22%
5	4	29%
6	2	14%
8	2	14%
Total	14	100%

A pesquisa constatou que a composição familiar por domicílio, ficou em média de 04 a 08 membros por família, como mostra a tabela acima, ficando em média 5 ( cinco) membros por famílias, acima do previsto para região Sul, segundo o IBGE, que é de 3,4 membros por família.

Das 14 famílias pesquisadas constatou-se que a idade entre as chefes de famílias pesquisada varia entre de 25 a 66 anos. 3 (três) com idade entre 20 a 29; 7(sete) com idade entre 30 a 39 anos; 3 (três) com idade ente 40 a 49 anos, e uma com 66 anos.

### 3.2.3 Situação econômica

Em relação à situação econômica das famílias, a pesquisa constatou que mais da maioria das mulheres que chefiam as famílias encontram-se fora do mercado formal de emprego, a maioria provendo suas famílias de emprego informal.



**Figura 4 - Situação empregatícia**

Quanto a situação empregatícia, 4 (quatro) ou 28% disseram que não trabalham fora de casa, 10 ou 72% trabalham em algum tipo de emprego formal ou informal. Desse total apenas 3 (três) ou 22% são registradas com carteira assinada e as outras 7 (sete) ou 50% trabalham eventualmente, geralmente com faxinas semanais. Apenas duas chefes de famílias recebem aposentadoria, uma por idade superior a 65 anos, outra através de benefício do BPC devido esta ser HIV positivo.

Em verdade para Almeida e Carvalho (2003, p. 116) “[...] as mulheres não apenas auferem remunerações médias inferior às dos homens como tendem a concentra-se em ocupações precárias, instáveis, mal remuneradas e com baixa proteção social.”

Em relação a horas trabalhadas fora do ambiente residencial, do total de mulheres que trabalham a média ficou em seis horas por dia. Em depoimentos dados o trabalho dessas mulheres chegam a ocupar mais de 10 horas por dia, pois ao chegarem em casa ainda tem as tarefas domésticas a enfrentar. O depoimento a baixo ilustra esse cotidiano.

*“Se a senhora me perguntar quantas horas eu trabalho por dia, eu lhe digo que se o dia tem 24 horas eu trabalho 25, porque chego em casa do serviço e ainda tenho que lavar roupa, arrumar a casa, fazer comida. A gente não para um minuto se quer”.*  
(entrevistada nº 03)

Fica evidente essa dupla jornada de trabalho, ressaltando Souza (1998, p. 86) “Quando a mulher trabalha além do espaço doméstico, as horas livres são dedicadas as tarefas domésticas configurando múltiplas jornadas.”

**Tabela 3 - Tipo de emprego**

Tipo de emprego	Total de mulheres	Porcentagem
Empregada Doméstica	02	14%
Diarista	05	37%
Camareira	01	7%
Serviços gerais	01	7%
Profissional do sexo	01	7%
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>72%</b>

Em relação ao tipo de emprego apresentado à maioria trabalha como diarista, ou doméstica, apenas uma relatou ser profissional do sexo.

Almeida e Carvalho (2003, p. 116) analisam que “Nas classes populares, o emprego doméstico [...] constitui o grande absorvedor de mão-de-obra feminina, indicando tanto a permanência de papéis tradicionais para as mulheres no mercado de trabalho...”.



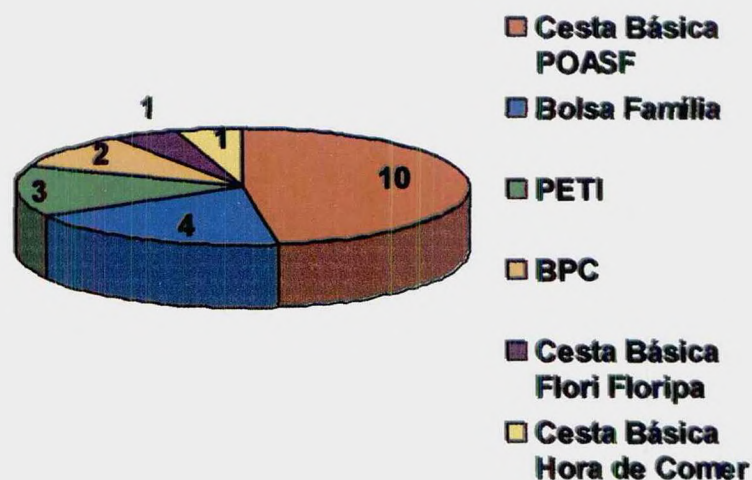
Constatou-se que em 72% das famílias há a complementação de renda que não venha do emprego formal/informal, vinda de outras atividades remuneradas, tendo uma maior incidência na venda de artesanatos, catálogos de produtos de beleza, reciclagem de latinhas, entre outros. Em apenas 28% das famílias constatou-se que estas recebem algum tipo de ajudas de terceiros para auxiliar no sustento da família. Geralmente vinda dos filhos mais velhos ou irmão próximos.

Ao serem questionadas quanto à realização de algum curso profissionalizante, apenas três responderam já terem participado e concluído tal curso e apenas uma relatou ter ajudado a inserção no mercado formal de emprego.

**Tabela 4 - Renda mensal da família**

Renda média em Reais	Total de famílias	Porcentagem
R\$ 100,00	01	7%
R\$ 200,00	06	43%
R\$ 300,00	03	22%
R\$ 400,00	02	14%
R\$ 500,00	01	7%
R\$ 1.500,00	01	7%
TOTAL	14	100%

Constatou-se que a renda dessas famílias fica em torno de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), de um salário mínimo hoje estimado. Ficando assim distribuído: uma família com a renda mensal de R\$ 100,00 (cem reais) 43% recebem R\$ 200,00 (duzentos reais), 22% recebem R\$ 300,00 (trezentos reais), 14% recebem de R\$ 400,00 (quatro centos reais) e em apenas um caso a renda ficou estimada em torno de R\$ 1000, 00 (mil reais), acima da média registrada em outras famílias pesquisadas, por esta relatar ser profissional do sexo, com uma média de R\$ 80,00 (oitenta reais) dia.



**Figura 5 - Benefício governamental**

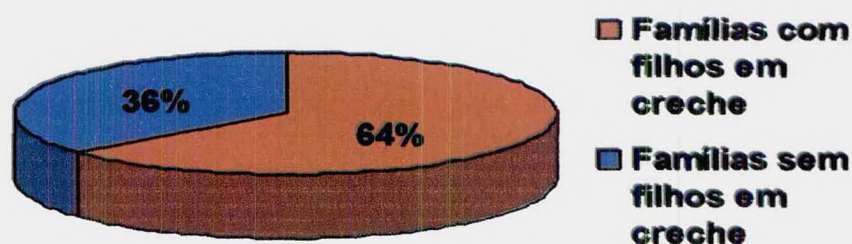
Em 100% das famílias pesquisadas constatou-se o recebimento de algum tipo de benefício governamental. O principal benefício citado foi a cesta básica fornecida no POASF, que contribui para que muitas famílias complemente a alimentação. Essa rede secundária, auxilia muitas mulheres o prover seus filhos amenizando as necessidades características do seu dia-a-dia. Conforme constata Souza (1998, p. 88) “A mulher é a principal figura nessa trama de rede das relações sociais estabelecendo os nexos, tanto em termos de sobrevivência, quanto em termo de elo de parentesco com paternidade diversas”.

Quanto à responsabilidade sobre as tarefas domésticas, 100% das mulheres alegaram serem elas as responsáveis, sendo que em apenas 4 ou 29% das famílias pesquisadas há ajuda de filhos/filhas, esse percentual apresenta ser baixo principalmente como já constatado o elevado número de famílias compostas por crianças, que segundo relatos a não participação na realização de tarefas domésticas devido os perigos que podem ser submetidos.

Um item a ser destacado na pesquisa foi quanto ao recebimento de pensão para despesas com os filhos, somente 4 ou seja 29% das mulheres que chefiam suas famílias recebem pensão para algum dos filhos, um índice considerado baixo, em relação às diversas paternidades que se configuram nesses lares. Identificando assim a desobrigação do pai em relação aos filhos e a ex-companheira, assumindo esta toda responsabilidade em educar, alimentar e vestir seus filhos, devido também a falta de conhecimento dos seus direitos, conforme previsto em lei, como já citado no primeiro capítulo desse trabalho.

Sobre essa análise destaca Carvalho (1999, p. 91) “A população feminina e a masculina precisam ser, antes de tudo, informadas sobre as leis que existem para exigir a participação econômica do pai biológico, independente de seu estado civil, na manutenção de criança”.

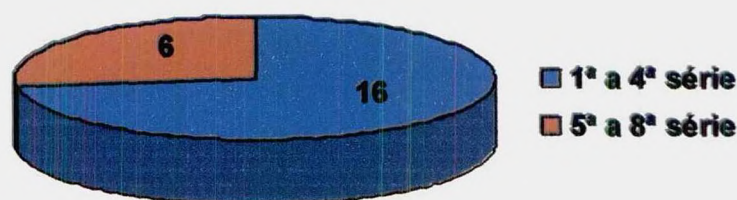
#### 3.2.4 Situação social



**Figura 6 - Frequência em creche**

No total de 14 famílias pesquisadas 9 (nove) ou 64% tem seus filhos com idade de 0 a 6 anos, aptos a serem atendidos em creches. Constatou-se que desse total de famílias 13 crianças incluem-se dentro desse panorama, sendo que desse número total de crianças 9 (nove) freqüentam a creche, ficando assim dividido: 6 (seis) crianças freqüentam a creche em período integral e 3 (três) apenas  $\frac{1}{2}$  período. A creche é um dos recursos institucionais que dão suporte as mulheres, principalmente as mães trabalhadoras, que muitas vezes passam o dia inteiro fora do lar trabalhando.

Faz-se uma ressalva pelo fato de duas crianças que se encontram em idade de freqüentar a creche e encontra-se fora dessa perspectiva, pelo fato de ambas serem portadoras de deficiência mental, e uma freqüentar APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e a outra estar abrigada na SERTE.



**Figura 7 - Situação escolar**

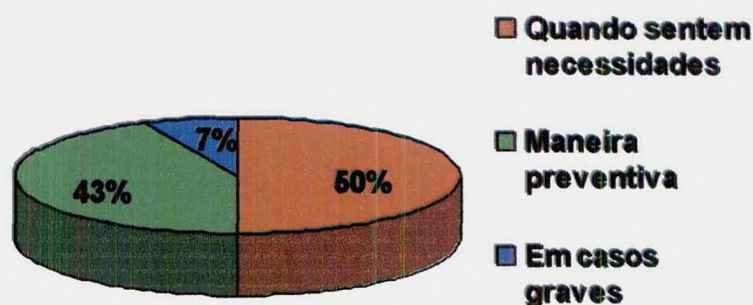
A pesquisa constatou que 34 crianças ou adolescentes na faixa de etária de 7 a 18 anos, que estão em idade escolar, 22 estão freqüentando a escola, em séries distintas. Outro fato a ser acrescentado é quanto a relação série/idade, do total de crianças e adolescentes que

estão freqüentando a escola 11 encontram-se compatíveis com as séries em relação à idade conforme aquela recomendada pedagogicamente (pelo fato de ter o maior número de crianças que ingressaram na 1ª série). Não houve nenhuma incidência de adolescentes freqüentando o ensino médio.

A educação escolar segundo relatos das mulheres que chefiam suas famílias em atendimento no POASF, mostrou-se como não preocupante para essas mães, o baixo grau de escolaridade destas, explicam a naturalização do abandono escolar muito cedo, outro fator complicador é a falta de tempo e entendimento para essas mães incluírem-se no processo pedagógico dos filhos. Conforme relatos:

*Os três estavam indo para a escola, não sei o que aconteceu que essas “pragas” não querem mais ir pro colégio, agora só o mais velho tá estudando, tá fazendo supletivo a noite (entrevistada nº 05).*

### Saúde

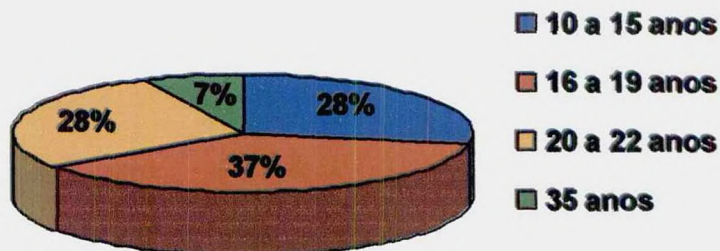


**Figura 8 – Procura no atendimento à saúde**

Nas questões relacionadas a saúde, 10 (dez) famílias ou 72% responderam que o atendimento médico mais utilizado é o posto de saúde, e 4 (quatro) ou 28% disseram procurar o hospital.

Quanto a procura no atendimento 7 (sete) ou 50% responderam que procuram o atendimento de saúde quando sentem necessidade, 6 (seis) ou 43% de maneira preventiva, e apenas uma diz que procura somente em caso grave. O Posto de Saúde é a primeira instância para o atendimento médico, conforme relato

*Qualquer coisinha que a gente sente vai no Posto que eles atende, se for alguma coisa mais grave eles encaminham pro hospital, é assim que faço os atendimento de saúde, tudo via Posto. (entrevista n° 11)*



**Figura 9 - Idade da primeira gravidez**

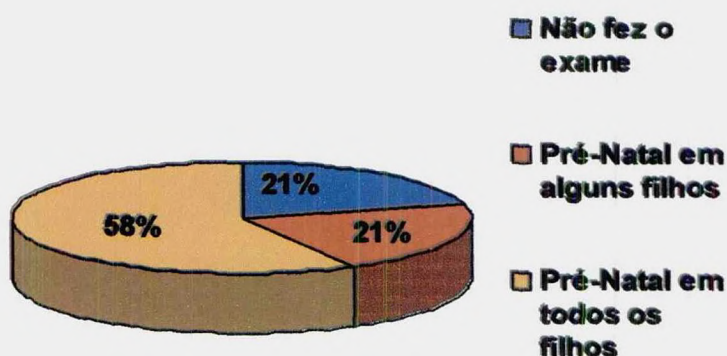
A pesquisa identificou que as mulheres que chefiam suas famílias tiveram a sua primeira gravidez na adolescência, em média aos 18 anos de idade, ficando assim distribuído: dos 10 aos 15 anos, 28%, dos 16 aos 19 anos 37%, dos 20 aos 22 anos 28%, e apenas uma ou 7% do total aos 35 anos. Carvalho (1999) ressalta que um dos fatores preponderante para a

situação de vulnerabilidade que enfrentam essas famílias é a gravidez na adolescência, sem nenhuma programação para a geração dessas crianças, causando muitas vezes a instabilidade na família, contribuindo para o agravamento da situação de risco social que enfrentam essas famílias cotidianamente.

*“Quando eu tive o meu primeiro filho eu tava com 10 anos, eu tava trabalhando na roça e ele nasceu num lavrado de batatinha, eu fiz o parto sozinha, cortei o umbigo com uma faca de pão”. (entrevista nº 11)*

Outro ponto importante apresentado pela pesquisa foi em relação ao número total de gravidez, que todas as mulheres pesquisadas tiveram, mesmo aquelas que por algum motivo perderam algum filho. A média das pesquisadas ficou em 5,7 gravidez por mulher, ficando assim distribuído: de uma a 4 (quatro) gravidez 28%, de 5 a 7 gravidez, 50%, e de 8 a 11 gravidez 22%.

Em contrapartida identificou-se que o total de filhos vivos ficou quase na mesma média do total de gravidez, 5,1 filhos por mulher chefe de família, distribuindo-se da seguinte forma: de 1 a 3 filhos 22% de 4 a 5 filhos 50% e de 6 a 8 filhos 28%. Ficando a cima da média conforme os dados do IBGE, que é de 3 filhos por família para a região Sul.



**Figura 10 - Realização de exame Pré-Natal**

O exame Pré-natal realizado pela gestante é considerado muito importante, nos primeiros meses de vida do feto, e no decorrer de toda gestação da mulher, com uma média ideal nesse período de no mínimo quatro consultas médicas, incluído os exames de ultrasonografia.

Ao serem perguntadas quanto à realização do exame pré-natal na gravidez, 58,% responderam que fizeram o exame para todos os filhos, 21% fizeram o exame somente para alguns filhos, e 21% não fizeram o exame em nenhuma gravidez. Do total de mulheres que relataram terem realizado o exame, a maioria respondeu que somente no início da gravidez realizaram o mesmo.

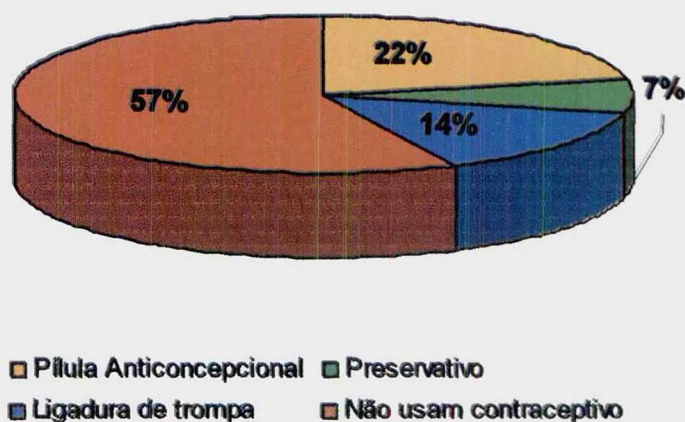
*Vou dizer a verdade, quando eu descobria que tava grávida, eu ia fazia o exame, mas só no primeiro mês, isso dava de um a dois exame feito na gravidez, uma vez marcaram uma ultra-sonografia pra mim pra depois da data prevista pro meu filho nascer, ai eu disse pra mulher do posto, nem adianta, como vão fazer o exame depois do meu filho nascido. Ela ainda me respondeu se eu quisesse teria só aquele dia. (entrevistada nº 13)*



Quanto ao nascimento dos filhos, 72% responderam que todos os filhos nasceram em hospital, 28% respondeu que uns nasceram em casa outros no hospital.

Quanto à perda de algum filho, 57% relatou a perda de algum filho, atrelando a causa a fatores diversos, tais como, negligência médica, assassinato, ou alguma doença grave. Ressalta-se que essas perdas na maioria dos casos foi na fase inicial da vida das crianças.

*O primeiro filho que eu perdi, foi de uma hora pra outra, a menina era forte, tinha umas perna bem gorda, de manhã ela tava bem, chegou a noite bateu um febrão, e não deu nem tempo de chegar ao hospital, ela morreu em casa mesmo. Mas eu tenho quase certeza que foi uma macumba que uma vizinha fez pra mim, a gente não se dava bem. (entrevista n° 1)*



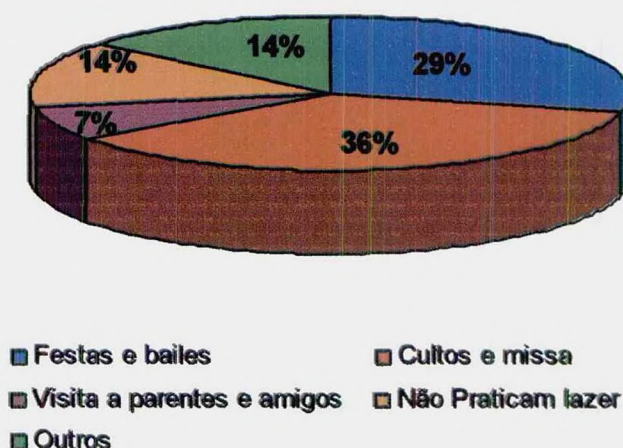
**Figura 11 - Utilização de método contraceptivo**

Quanto ao uso de método contraceptivos 43% responderam que se utilizam de algum. 22% usam pílula anticoncepcional, 7% preservativo, 14% ligaram as trompas. A pesquisa constatou que 57% das mulheres não utilizam nenhum método contraceptivo, são aquelas que se encontram sem parceiros.

*“No momento não tô usando nada, tô aposentada, quando precisar, se precisar eu uso camisinha”. (entrevista n° 03)*

Quanto a algum tipo de doença na família, 36% (ou 5 famílias) responderam que necessita de tratamento, principalmente a doença nas próprias mulheres que chefiam suas famílias, tais como HIV positivo, câncer de pele, deficiência mental, entre outros.

### Lazer



**Figura 12 - Atividade de lazer**

A pesquisa constatou que a principal atividade de lazer para algumas famílias é a ida no culto ou missa, muito ligado à participação da mulher membro de mais idade na família.

Em segundo se analisarmos a ida a festa e bailes, vista a parentes e amigos e a opção outros (o que encerra as atividades esportivas), está mais ligada a participação dos filhos dessas mulheres que estão na fase da adolescência.

De acordo com Ramos (2002, p. 62) “o lazer se constitui num dos direitos sociais do cidadão, e que esse mesmo direito social, visa também qualidade de vida, o que nos permite perceber a estreita relação entre direito social, qualidade de vida e lazer”. A autora

destaca ainda que o lazer é tido como um direito social, voltado para melhoria da qualidade de vida do cidadão incluindo um tempo para as oportunidades, atualmente relacionado ao tempo livre fora do trabalho.

*“Eu quase não tenho tempo, porque quando a minha patroa me chama sábado, domingo ou feriado. Ai eu tenho que ta a disposição, quando eu tô em casa dai eu tô com meus filhos isso ai pra mim é o meu laze”.* (entrevista nº 14)

### Religião

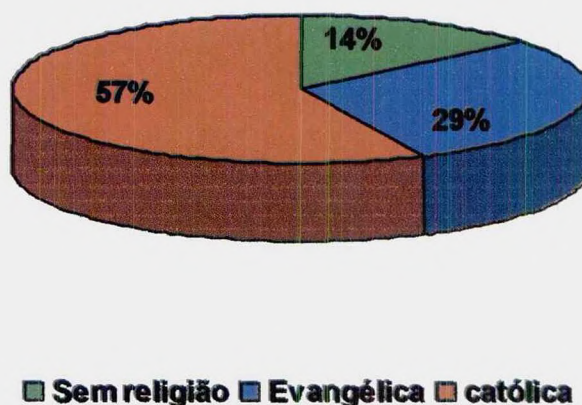


Figura 13 - Religião

A religião é um fator significativo na vida dessas famílias, servindo como uma rede de apoio no seu cotidiano, a pesquisa constatou que a maioria das famílias se denominam católicas, em muitos relatos, são católicos pelo fato de dizerem que tem uma religião, já nas famílias que se denominaram evangélicas constatou que estas passaram a freqüentar a religião a pouco tempo, sendo que todas as entrevistadas tiveram sua origem na religião católica. As que se denominaram sem religião, relacionaram ao fato da descrença na instituição Igreja.

### 3.3 As causas que levaram as mulheres a chefiar suas famílias e suas atribuições

Como apresentado anteriormente, a chefia familiar feminina é um fenômeno crescente no Brasil, como já assinalado, apresentando também uma característica comum, que é o aumento deste fato entre as famílias mais pobres. Os dados da pesquisa mostraram um índice bastante significativo nas famílias em condição de extrema pobreza. É um fenômeno, portanto, que está associado a outro também crescente, que é a chamada feminização da pobreza.

A pesquisa constatou que muitas foram às causas que levaram as mulheres a chefiar suas famílias. Em momentos distintos, em meio à vulnerabilidade econômica e social, vivida por estas na trajetória de sua vida, esse foi um dos fatores que contribuíram para a chefia de suas famílias, visto que em muitos relatos, a união não deu certo devido a diversos fatores, entre eles, e mais citado, foi o fato de não poder contar com o companheiro economicamente, visto que essas se encontravam sempre na posição de trabalhadoras e os companheiros desempregados, outro fato importante a ser destacado que levou a separação do casal foi após o nascimento do primeiro filho, o qual dificultou ainda mais o relacionamento do casal, pelo fato de terem que assumir com a despesas com mais um membro .

Salienta-se algumas causas pelo fato de que *não deu certo*:

*[...] depois que os filhos nasceram ficou mais difícil [...] (entrevista n° 02)*

*[...] sempre fui independente, e ele sempre foi acomodado [...] (entrevista n° 03)*

*[...] o primeiro não era esforçado, e o segundo na gravidez descobri ele era casado[...] (entrevista n° 06)*

*[...] não deu certo a convivência preferi ficar só [...] (entrevista n° 08)*

*[...] eu trabalhava e ele não, se for pra trabalhar e sustentar homem prefiro ficar sozinha. (entrevista n° 09).*

*[...] nunca tive companheiro certo. (entrevista n° 10)*

*[...] ele foi embora (entrevista n° 12)*

*[...] não podia contar com ele, eu trabalhava e ele não (entrevista n° 14)*

Em apenas um caso a mulher ficou viúva, e desde então não teve um outro companheiro, que durasse mais tempo.

A criação e responsabilidade com o mesmo compete ao casal, nas famílias pesquisadas os dados demonstraram que essa responsabilidade recai somente para a mulher, visto que muitos pais não auxiliam na criação dos filhos, nem com o pagamento de pensão, que é uma obrigação contida em lei, ou também pelo fato de muitas delas não conhecerem tal direito, ou pela a naturalização de ditos populares, que tal responsabilidade é somente da mãe que “pariu, agora tem que criar”.

Ao serem questionadas como é criar os filhos sem a ajuda de um companheiro 72% disseram não é uma tarefa fácil, ser mãe e pai ao mesmo tempo requer esforço dobrado, e a múltipla realização de papéis realizada pela figura materna. Outro fato a ser destacado é quanto à importância da figura paterna na criação dos filhos, principalmente atrelado a criação do filho homem, devido a falta que este faz. Já 28% relataram que não é uma tarefa difícil, pelo fato de se naturalizar a convivência mãe/filho.

*É difícil educar alimentar os filhos sozinha. (entrevista 13)*

*É difícil se tivessem um pai não seriam tão peralta. (entrevista 08)*

*Péssimo, horrível, não tem explicação. (entrevista 05)*

*Não é fácil, filho homem precisa da figura paterna. (entrevista 03)*

*Pra mim é normal, acho melhor eu e as duas sozinha. (entrevista 02)*

*Normal me sinto pai e mãe ao mesmo tempo. (entrevista 06)*

As instituições públicas são muito presentes na vida dessas famílias, principalmente no atendimento de saúde e educação. A pesquisa constatou que o atendimento prestado por escola, creche, Posto de Saúde, foi considerado relativamente bom por 72% das famílias pesquisadas, havendo uma naturalização quanto ao termo “estar bom, mas tem que melhorar”, as causas dessa naturalização se dá pela falta de investimentos no setores estatais que é o único suporte para o atendimento a essas famílias, e sem a presença deles não há outra saída para suprir suas necessidades básicas e emergenciais. 28% das famílias acharam regular devido ao péssimo atendimento que a eles são prestados, e o reconhecimento que tal situação não é prestado de maneira adequada devido a condição de pobreza em que se encontram, verificando assim a falta de conhecimento quanto aos seus direitos.

*Pra mim é bom esperar a gente sempre tem que esperar. (entrevista nº 01)*

*É bom, mais o atendimento é ruim (entrevista nº 05)*

*Pra mim é regular, o atendimento tem que melhorar e muito, principalmente na escola e no Posto. (entrevista nº 06)*

*É regular, tem que melhorar o Posto de Saúde. (entrevista nº 10)*

Outro ponto a ser destacado na pesquisa foi em relação às responsabilidades que é atribuída às mães que chefiam suas famílias, visto que, a condição de gênero, a responsabilidade pela esfera doméstica, pelo cuidado dos filhos, sem uma rede de proteção social que alcance suas necessidades, faz com que a figura materna dentro do lar, como única provedora pelo sustento da família, é de extrema importância para a criação dos filhos.

A pesquisa constatou que o fator econômico é o que implica a maior responsabilidade, a luta diária de não deixar que nada falte aos filhos, estar trabalhando é a garantia de um retorno para o bem estar da família.

A pesquisa constatou que 100% do público pesquisado conotou as várias responsabilidades que essa mulher tem para prover seus filhos, o tudo no que expressou é alimentar vestir, educar, atrelado somente a uma pessoa. Diante dessas responsabilidades a mulher é obrigada a pensar primeiramente nos filhos.

*“sempre penso no dia de amanhã pra não estourar a bomba”*. (entrevista nº 03).

*“são várias responsabilidades, tem que ser mãe, amiga, companheira, educadora...”* (entrevista nº 04).

*“É tudo, alimentar, vestir, educar, tem que trabalha”*. (entrevista nº 05).

*“Muita responsabilidade, buscar levar na escola, cuidar da turma não é fácil”*.  
(entrevista nº 14)

E diante da responsabilidade de estar chefiando sozinha o sustento e a educação dos filhos, as estratégias encontradas por estas para com sua família, foi o que se constatou em 100% do público pesquisado, de estar sempre trabalhando para que não falte nada, tendo mais de um emprego para aumentar a renda da família, e outro ponto a ser destacado foi em relação à conscientização de ocupar o tempo dos filhos em escola e projetos, que ajuda a prevenir o contato dos mesmos com a rua, a violência, e as drogas.

*“Tenho medo de deixar eles só, porque sempre foram criados sem a presença do pai”*. (entrevista nº 04).

*“É uma glória saber que posso dar conta, não posso reclamar”*. (entrevista nº 14)

E o último ponto a ser destacado na pesquisa foi em relação à contribuição do POASF para as famílias, com o objetivo de acompanhar as famílias encaminhadas pelo Conselho Tutelar e/ou Juizado da Infância e Juventude, por estas se encantarem em situação de vulnerabilidade econômica e social, prestando atendimento e fazendo encaminhamentos para que as famílias possam se reorganizar na sua dinâmica familiar.

Constatou-se que 100% acham bom estar em atendimento no Programa, visto que o atendimento profissional e as orientações prestados pelos Assistentes Sociais e Psicólogos, auxiliam muitas vezes na dinâmica familiar de maneira positiva e na resolução de algumas situações difíceis.

Observou-se que na fala das entrevistadas as Assistentes Sociais são vistas como algo positivo e valorizador das diversas questões sociais que se configuram no núcleo dessas famílias, sendo estas profissionais vistas como um apoio social no auxílio de muitos problemas.

Outro ponto a ser destacar foi em relação à contribuição do benefício da cesta básica, que auxiliam muitas famílias no complemento da alimentação. Sendo esse um dos dificultadores na atuação profissional, devido a visão assistencialista que muitas famílias em atendimento, tem em relação ao benefício, sendo um dos fatores fundamentais que contribui para a presença e aceitação das famílias no mesmo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos aspectos mencionados durante a apresentação deste trabalho, pode-se afirmar que as transformações ocorridas na sociedade, em consequência a fatores econômicos tecnológicos, educacionais e sociais, com o processo de globalização econômica e o avanço do capitalismo, atingiram conseqüentemente a instituição família.

A intensificação das famílias chefiadas por mulheres, corrobora com o processo discriminatório, envolto de muito preconceito. Após a II Guerra Mundial, muitos valores foram postos em questão, principalmente com a saída da mulher para o mercado de trabalho, conseqüentemente havendo mudanças nos padrões familiares, emergindo uma diversidade de arranjos familiares, entre eles as famílias chefiadas por mulheres, o qual acentuou o fenômeno de feminização da pobreza, relacionadas à falta de equipamento social para o desenvolvimento sustentável dessas famílias.

As políticas públicas brasileiras desde seu processo de implementação, tiveram caráter clientelista, paternalista, voltado à lógica do capital/trabalho. A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, trouxe para o debate, o direito do cidadão e dever do Estado, contudo os direitos presente na Constituição Federal de 1988 bem como a garantia de políticas públicas sofreram modificações decorrente da lógica da nova ordem mundial, implementada pelas agentes governamentais e financeiros internacionais. Os países periféricos diminuíram os gastos na área social em detrimento a reforma da política econômica, em consequência desses ajustes estruturais mostra-se no empobrecimento da população, com a precarização na área social, saúde e educação, como também, em postos qualificados de trabalhos.

O presente estudo esteve direcionado a pesquisa relacionadas às características das famílias chefiadas por mulheres, onde constatou que a maioria de suas provedoras são provenientes de outros municípios do Estado.

O nível de escolarização dessas mães que chefiam suas famílias foi considerado baixo, o que implica também no baixo nível de escolaridade e a desistência de muitas crianças e adolescentes muito cedo da escola, pois para essas famílias a questão escolar não é tida com um fator importante, devido a todo histórico de não conclusão escolar por parte da mãe e/ou irmãos mais velhos. A análise dos dados mostrou como esse fenômeno está relacionado a indicadores de vulnerabilidade que se potencializam, no caso das mulheres chefes de família, que em consequência do baixo nível de escolaridade e o analfabetismo funcional, recai na falta de qualificação para as exigências do mercado de trabalho, levando muitas ao trabalho informal em ocupações realizadas em condições precárias, mal pagas e sem vínculo trabalhista, o que aumenta ainda mais a vulnerabilidade, já que não contam com nenhuma proteção previdenciária e prenuncia uma velhice sem recursos e benefícios para garantir uma vida digna. 100%, das famílias pesquisadas recebem algum tipo de benefício governamental, o que auxilia no orçamento da família.

Constatou-se que na maioria dos domicílios reside um número elevado de pessoas (entre muitas crianças) a cima da média estipulada pelo IBGE. Quanto à localização desses domicílios geralmente situados em áreas periféricas da cidade.

Outro ponto a ser destacado é em relação à responsabilidade das mulheres na família, estando intimamente ligada ao emprego ou a forma de se trazer algum benefício para o lar, para que não deixe faltar principalmente à alimentação sendo esta a estratégia maior utilizada para a sobrevivência da família, intimamente ligada ao trabalho.

Visto a importância do atendimento pelos profissionais do POASF, conforme demonstrou a pesquisa em relação às famílias chefiadas por mulheres, nessa perspectiva faz-se necessário um atendimento diferenciado a estas, principalmente no horário de atendimento pelos profissionais, visto que são a maioria em atendimento no Programa. É importante que se leve ao conhecimento de outros órgãos da Prefeitura e fora dele, todas as questões pertinentes a essas famílias, havendo um trabalho articulado entre os Programas, buscando na rede a melhor condição e alternativas para que essas famílias possam se auto-gerir. É necessário que se de a essas mães condições e subsídio para promoverem seus filhos, para que possam trabalhar e se auto-sustentar.

Faz-se necessário mediante tudo o que foi exposto, e conforme mencionados no item 1.3 do primeiro capítulo, a efetivação de políticas públicas concretas para o desenvolvimento dessas famílias, que se encontram mais vulneráveis devido ao histórico desvalorizante que a mulher sempre foi vítima. É necessário que se planeje políticas voltadas para esse segmento, que se de suporte a mulher trabalhadora para que ela possa deixar seus filhos em creche em período integral, a rede de atendimento tem que se moldar às necessidades das mulheres que chefiam as famílias, principalmente nos horários de atendimento. O cumprimento da lei para que a mulher não assuma só o cuidado e orçamento com os filhos, que se realize trabalhos preventivos para se prevenir à gravidez na adolescência e um número elevado de filhos.

**REFERÊNCIAS**

ARIES, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.

**BANCO MUNDIAL. Desigualdade na América Latina e caribe: Rompendo com a História? Disponível na Internet em** < <http://www.bancomundial.org.br> > **Acesso em 21 de outubro de 2004 às 21:00 h**

BANDEIRA, L. **Um caminho ainda longo até a equidade**. <<http://www.unb.br/acs/artigos/at0304> >. 2004.

BECKER, M J. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S M (org). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 60-76

BILAC, E D. **Família algumas inquietações**. In: KALOUSTIAN, S M (org). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p 29-38

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 05 de outubro de 1988/ obra coletiva da autoria da Editora Saraiva.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BRASIL. Lei Federal nº 8.742/, de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**

CARVALHO, I M M. & ALMEIDA, P H. **família e proteção social**. São Paulo em *Perspectiva*, 17 (2), 2003. p 1009-122

CARVALHO, L. **Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida**. In: *Serviço Social e Sociedade*, nº 57. são Paulo: Cortez, 1998. p. 74-78

CARVALHO, M C B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S M (org). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 93-108

CAVALCANTE, B C. **A opressão da mulher**. Maceió: ed. Universitária. 1987.

CERQUEIRA FILHO, G. **A “questão social” no Brasil: crítica no discurso político**, Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 1982.

DA MATTA, R. **A casa e a rua**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DRAIBE, S M. Por reforço da proteção a família: contribuição a reforma dos programas de Assistência Social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S M (org). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 109-130

FERREIRA, I B. **Assistência Social: os limites à efetivação dos direitos**. In: Revista Katalysis. Florianópolis: ed. UFSC, 1999. p. 65-74

FIGUEIRAS, C A C. **Trabalho sociedade e políticas sociais no Brasil**. In: Serviço Social e Sociedade nº 49. São Paulo: Cortez, 1995.

FREITAS, R C M. **Política de combate à pobreza e as agências multilaterais: Um estudo comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90**. UFSC / Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, 2004.

GAIARSO, J A. **A família do que se fala e a família do que sofre: O livro negro da família, do amor e do sexo**. São Paulo: Agora, 1986.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo: Atlas. 1999.

GOMES, J V. Família cotidiano de luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, M C B (org). **Família contemporânea em debate**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 61-71

GOODE, W J, HATT, P K. **Método de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: nacional, 1979.

**IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em, <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 25 de setembro de 2004 às 24:00h**

- KLIKSBERG, B. **Por uma economia com face mais humana**. UNESCO, Brasília, 2003.
- LISBOA, T K. **Mulheres migrantes de origem cabloca e o seu processo de empobrecimento**. In: Revista Katalysis, v 5. 2002. p. 35-50
- MACHADO, L M V. **Atores sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero**. São Paulo: Annablume, 1995.
- MAFRA, M. **As famílias na era da globalização breve perfil dos grupos familiares atendidos no projeto de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do município de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. DSS/UFSC, Florianópolis, 2001.
- MARCÍLIO, M L A. **A roda dos expostos à criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950**. In: FRGITAS, M (org). História social da infância no Brasil, 1991. p. 51-76
- MARQUES, S A. **A mulher de periferia: tecendo redes na construção de cidadania**. Dissertação de mestrado. UFSC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1996.
- MEDICI, A C. **Os gastos públicos federais com as Políticas Sociais**. Caderno ABONG. São Paulo, nº 2, 1995. p. 07-19
- MINAYO, C S. **Pesquisa Social: teorias métodos e criatividade**. Rio de Janeiro, 1996.
- MINUCHIN, P, COLAPINTO, J, MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- MIOTO, R C T. **Família e saúde mental: Contribuição para reflexão sobre processos familiares**. In: Revista Katalysis, nº 2. Florianópolis: ed UFSC, 1998. p. 20-26
- \_\_\_\_\_. **Novas propostas velhos princípios: Subsídios para a discussão da Assistência a família no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar**. Fronteras 4, 2001. p. 93-102
- \_\_\_\_\_. **Família e Serviço Social: contribuições para o debate**. In: Serviço Social e Sociedade nº 5. São Paulo: Cortez, 1997. p. 114-130

MOREIRA LEITE, M L. O óbvio e contraditório da roda. In: PRIORE, M (org). História da criança no Brasil. São Paulo: Cortez, 1991. p. 98-111

NOGUEIRA, O. **Pesquisa social: Introdução as suas técnicas**. São Paulo: ed. Nacional, 1975.

OLIVEIRA, H M J. **Controle Social e Assistência Social: o desafio (im)possível**. In: Revista Katalysis. Florianópolis: ed. UFSC, 2001. 37-49

PEREIRA, P A P. **Desafios contemporâneos para a sociedade e a família**. In: Serviço Social e Sociedade, nº 48. São Paulo: Cortez, 1995. p. 103-113

\_\_\_\_\_. **A metamorfose da questão social e a reestruturação da política social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CEFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. Módulo 1. 1999.

\_\_\_\_\_. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

PINTO, C R. **Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeitos político**. São Paulo: Fund. Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992.

POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Trd. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

PRADO, D. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultura, 1985.

RAMOS, N S. **Qualidade de vida e lazer: direitos sociais**. In: katalysis v 5. Florianópolis: UFSC, 2002. p. 59-66

**REDE MULHER. Disponível na Internet em < <http://www.redemulher.org.br> > Acesso em 21 de setembro de 2004 às 20:00 h**

RIBEIRO, M S. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis: IOESC, 1999.

RICHTER, H E. **A família como paciente: a origem, a natureza e o tratamento de conflitos conjugais familiares**. Trad. Margarida Maciel C. Oliva. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

ROCHA, P E. **Implicação das políticas econômicas na seguridade e na Assistência Social no governo FHC**. Caderno ABONG. Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Subsídios a III Conferencia Nacional de Assistência Social. ABONG; CEFESS; CNTSS/CUT, 2001.

SANTOS, R. **A característica das famílias beneficiárias do Programa de transferência de renda: PETI/São José**. UFSC, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2003.

SARTI, C A. A família e individualidade um problema moderno. In: CARVALHO, M C B (org). **A família contemporânea em debate**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 39-50

SCHNORREBERG, A S. **A família e a dependência química: um análise do contexto familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. DSS/UFSC, Florianópolis, 2003.

SIMIONATTO, I. **“A reforma do estado no Brasil e suas implicações para as políticas públicas”**. Digt, 1998.

SILVA, D. **Política social da criança e do adolescente**. Trabalho de Conclusão de Curso, para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. DSS/UFSC, Florianópolis, 2003.

SILVA, L M. **Serviço Social e família: A legitimação de uma ideologia**, 2ª ed. São Pulo: Cortez. 1984.

SOUZA, M P. **Criança e adolescente: absoluta prioridade?**. In: Katalysis, Florianópolis: UFSC. 1998 p. 41-48

SZYMANSKI, H. **Teoria e “terias” de família**. In: CARVALHO, M C B (org). A família contemporânea em debate. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 23-28

TAKASCHIMA, G M K. **O desafio do Serviço Social na construção da cidadania – criança, adolescente e família**. In: Katalysis, Florianópolis: UFSC, 1998. p.29-40

VIEIRA, E. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992.



# **Apêndice A**

## FORMULÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

Nome: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

### BLOCO A – IDENTIFICAÇÃO GERAL

Nº	NOME	PARENTESCO	SEXO	DATA DE NASCIMENTO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SERIE DE ESTUDO	EM
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							

1. Local de origem? \_\_\_\_\_
2. Quanto tempo mora na cidade? \_\_\_\_\_
3. Quanto tempo mora na propriedade atual? \_\_\_\_\_
4. Casa é: ( ) própria ( ) alugada ( ) cedida ( ) está comprando ( ) Outros \_\_\_\_\_
5. Quantas casas a no mesmo terreno? \_\_\_\_\_
6. Quantas pessoas moram em sua casa? \_\_\_\_\_

### BLOCO B – SITUAÇÃO ECONÔMICA DA FAMÍLIA

7. Você está empregada? ( ) Sim ( ) Não
8. É registrada? ( ) Sim ( ) Não
9. Quantas horas você trabalha por dia em seu emprego? \_\_\_\_\_
10. Tipo de emprego?
  - a) Comércio ( )
  - b) Emp. Doméstica ( )
  - c) Serv. Gerais ( )
  - d) Outros \_\_\_\_\_

10.1- Há outro tipo de renda que não venha do emprego regular ou temporário?

( ) Sim ( ) Não ( ) Outros \_\_\_\_\_

10.2- A outras pessoas que auxiliam na renda familiar?

( ) sim ( ) não

10.3- Se a resposta for positiva, especifique quem auxilia? \_\_\_\_\_

10.4- qual atividade exercida? \_\_\_\_\_

11. Qual é o orçamento mensal da família? \_\_\_\_\_

12. A família recebe algum tipo de benefício de programas governamentais? Qual?

13. Quem é responsável pelas tarefas domésticas? \_\_\_\_\_

13.1- Alguém ajuda? ( ) Sim ( ) Não Quem? \_\_\_\_\_

13.2- Qual o tipo de tarefa? \_\_\_\_\_

### **BLOCO C – SITUAÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA**

14. A família possui criança em creche?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica

Quantidade \_\_\_\_\_ Período \_\_\_\_\_

15. Nº de crianças em idade escolar \_\_\_\_\_

16. Série \_\_\_\_\_

17. Já realizou algum curso profissionalizante

( ) Sim ( ) Não

17.1- Qual? \_\_\_\_\_

17.2- Auxiliou na renda da família? \_\_\_\_\_

### **Saúde**

18. Qual o atendimento médico que mais utiliza?

a) Posto de Saúde ( )

b) Hospital ( )

c) Farmácia ( )

d) Particular ( )

e) Outro especifique \_\_\_\_\_

19. No atendimento a saúde é procurado em:

a) casos graves ( )

b) de maneira preventiva ( 1 a 2 vezes por ano) ( )

c) quando sente necessidade ( )

d) tratamento em casa ( )

e) nunca procuram ( )

20. Qual a idade que engravidou pela primeira vez? \_\_\_\_\_

21. Qual a idade que engravidou pela ultima vez? \_\_\_\_\_

22. Quantas gravidez já teve \_\_\_\_\_

23. Nº de filhos? \_\_\_\_\_

24. Fez pré-natal?

a) somente para alguns filhos ( )

b) para todos os filhos ( )

c) nenhum dos filhos ( )

25. Onde nasceram os filhos ( )

a) todos em hospital ( )

b) alguns no hospital outros em casa ( )

c) todos em casa ( )

26. Já perdeu algum filho?

( ) Sim ( ) Não

Qual a causa? \_\_\_\_\_

27. Utiliza algum método contraceptivo?

a) pílula anticoncepcional ( )

b) preservativo ( )

c) ligadura de trompas ( )

d) natural ( )

e) outros \_\_\_\_\_

27.1- Necessita de tratamento de saúde? ( ) Sim ( ) Não qual? \_\_\_\_\_

### Lazer

28. Qual a atividade de lazer que participa?

a) festas/bailes ( )

b) Visitas a parente e amigos ( )

c) culto/missa ( )

d) não pratica atividade de lazer ( )

e) outros Especifique \_\_\_\_\_

29. Participa de entidades comunitária?

( ) Sim ( ) Não

a) se a resposta for afirmativa especifique: \_\_\_\_\_

30. Qual a religião que pertence?

a) católica ( )

b) evangélica ( )

c) espírita ( )

d) umbanda( )

e) outras, especifique: \_\_\_\_\_

31. As causas que levaram a chefiar a família?

---

---

---

---

---

---

32. Como foi e/ou como é criar os filhos sem ajuda de um companheiro?

---

---

---

---

---

---

33. Qual a análise que você faz sobre os serviços (creches, escola, programa, posto de saúde...) prestados para o atendimento a família. Há necessidade de mudanças? Quais? Como eles poderiam acontecer?

---

---

---

---

---

---

34. Quais são suas responsabilidades em ser chefe de família?

---

---

---

---

---

---

35. como você se sente diante da responsabilidade de ser chefe de família?

---

---

---

---

---

---

---

---

36. As estratégias encontradas para chefiar a família?

---

---

---

---

---

---

---

---

37. Qual a contribuição do POASF?

---

---

---

---

---

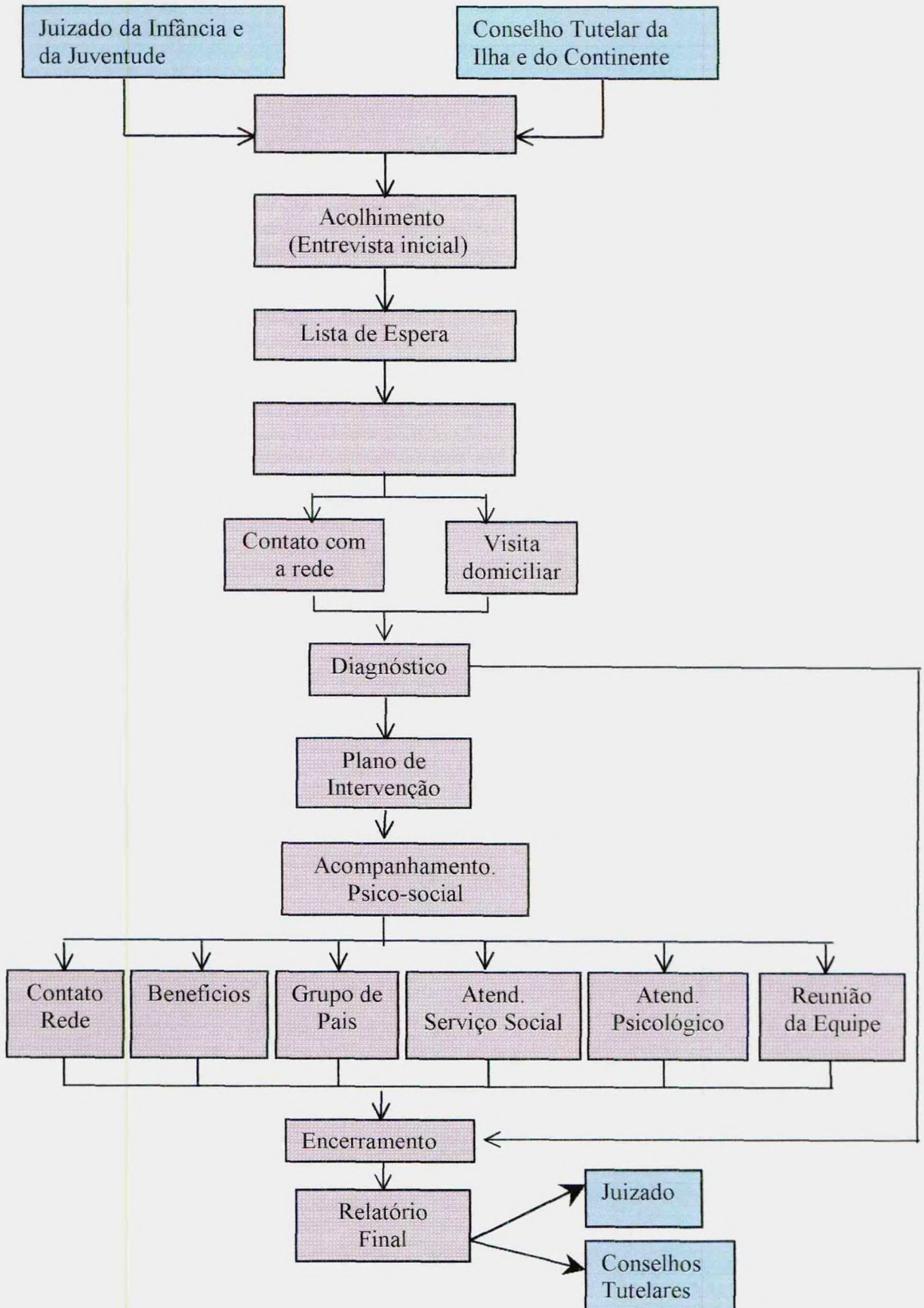
---

---

---

# **Anexo A**

## FLUXOGRAMA DO POASF





# **Anexo B**



# PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA HABITAÇÃO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR

Endereço atual da família : \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Ponto de Referência : \_\_\_\_\_

Telefone para contato : \_\_\_\_\_

## 1- Identificação da Família

1.1.1. – Nome do Pai : \_\_\_\_\_ Apelido : \_\_\_\_\_

1.1.2 - Data de Nasc: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ Natural de : \_\_\_\_\_

1.1.3 – Profissão Atual : \_\_\_\_\_ Local de Trabalho: \_\_\_\_\_

1.1.4 – Endereço: \_\_\_\_\_ Telefone : \_\_\_\_\_

1.2.1. – Nome do Mãe: \_\_\_\_\_ Apelido : \_\_\_\_\_

1.2.2 - Data de Nasc: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_ Natural de : \_\_\_\_\_

1.2.3 – Profissão Atual : \_\_\_\_\_ Local de Trabalho: \_\_\_\_\_

1.2.4 – Endereço: \_\_\_\_\_ Telefone : \_\_\_\_\_





# PREFEITURA DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

SECRETARIA HABITAÇÃO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E APOIO SÓCIO-FAMILIAR

## 3- Histórico familiar

3.1 – Há quanto tempo o casal contraiu união conjugal ? \_\_\_\_\_

3.2 – Há outras pessoas que auxiliam na dinâmica familiar ? \_\_\_\_\_

Quem ? \_\_\_\_\_ Endereço e Telefone ? \_\_\_\_\_

3.3- Há quanto tempo reside nesta comunidade : \_\_\_\_\_

3.4 - Qual a renda familiar ? R\$ : \_\_\_\_\_

3.5 – Quem é o responsável pelo sustento da família : \_\_\_\_\_

3.6 – A casa onde mora é :

( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cedida

## 4- Informações Complementares

4.1 – Qual a problemática vivenciada pela família , ao ser atendida pelo Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e da Juventude ?

4.2 – Outras Observações

Entrevistado : \_\_\_\_\_ Vínculo Familiar : \_\_\_\_\_

Entrevistador : \_\_\_\_\_ Data: \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_

# **Anexo C**

